LEI Nº 2.674, DE 30 DE JANEIRO DE 2009

Dispõe sobre a Contratação Por Prazo Determinado, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e art.124, da Lei Complementar nº 85/07, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - Para atender a necessidade temporária e excepcional interesse público, fica a Administração Municipal autorizada a contratar pessoal por tempo determinado, nas condições e prazo previsto nesta Lei Complementar.

ARTIGO 2º - A contratação de pessoal por tempo determinado, visa garantir a prestação de serviços essenciais e de solução de continuidade do atendimento nas áreas de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, após esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento dos servidores públicos municipais excedentes, sempre em caráter de excepcionalidade e temporalidade.

Parágrafo Único - A contratação de pessoal dar-se-á depois de encerradas todas as possibilidades de aproveitamento dos servidores públicos efetivos/concursados e, sempre em caráter excepcional e temporário.

ARTIGO 3º - A contratação de pessoal visa atender os casos previstos no artigo 123, da Lei Complementar nº 85/07, bem como:

- I – assistência à situação de emergência ou estado de calamidade pública;
- II – campanhas de excepcional interesse público, promovidas pelo Poder Público Estadual ou Federal e a Prefeitura Municipal;
- III– substituir servidores municipais na manutenção de serviços essenciais ou daqueles serviços que não podem sofrer solução de continuidade, em virtude de aposentadoria, falecimento, exoneração, demissão ou o não preenchimento da vaga por concurso público.

Parágrafo Único - Toda vaga deve corresponder a uma necessidade que preencha os requisitos de temporalidade, excepcionalidade e de interesse público.

ARTIGO 4º - O contrato por tempo determinado terá prazo máximo de 12 (doze) meses, ou o prazo legal de afastamento do seu titular, quando este for menor de 12 (doze) meses ou no caso de magistério, no ano letivo.

ARTIGO 5º - O contrato será feito em vaga vinculada ou em vaga excedente temporária ou excedente permanente, devidamente comprovada através de documentos legais, onde:

- I - vaga vinculada é a vaga originada do afastamento legal do titular efetivo;
- II - vaga excedente temporária é a originada nos casos e condições reconhecidas nos incisos I e II, do art.3º desta;
- III - vaga excedente permanente é aquela que foi criada por Lei e, que se origina do seu não preenchimento por concurso ou em decorrência de aposentadoria, exoneração, demissão ou falecimento;

Parágrafo Único- Nos casos de vaga vinculada excedente permanente, a solução a ser adotada é o Concurso Público, nos termos da Lei Complementar nº 85/07.

ARTIGO 6º - Os contratados por tempo determinado, serão regidos exclusivamente pela CLT, sendo segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social.

ARTIGO 7º - São condições para admissão:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ter idade mínima de 18 anos;
- III - estar em dia com o serviço militar e eleitoral;
- IV - possuir sanidade mental e capacidade física;
- V - estar legalmente habilitado, quando o exercício da profissão o exigir;
- VI - apresentar declaração dos cargos que exerce, com a respectiva carga horária e/ou declaração de aposentadoria.

Parágrafo Único- A habilitação profissional deve ser feita através da apresentação do respectivo Registro no órgão de classe ou Diploma, devidamente registrado no órgão competente.

ARTIGO 8º - À remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei Complementar será fixada por ocasião do contato de admissão, no vínculo inicial do cargo correspondente do Quadro Permanente do Funcionalismo Municipal ou observado a remuneração e a habilitação exigida para os empregos semelhantes e conseqüentes.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos, empregos ou funções, tomadas como paradigma.

ARTIGO 9º - Caso os contratados por tempo determinado incidirem em infrações disciplinares, estarão sujeitos a sindicância, concluída no prazo de 60(sessenta) dias, assegurada a ampla defesa.

ARTIGO 10 - O contrato por tempo determinado, extinguir-se-á, sem direito a qualquer tipo de indenização nas seguintes hipóteses:

- I - no término normal do contrato;
- II - por iniciativa do contratado;
- III - por insuficiência de desempenho, conforme proposta e conforme justificativa da respectiva Secretaria onde estiver lotado;
- IV - sanção, derivada do resultado de sindicância;
- V - a qualquer tempo, quando a vaga vier a ser ocupada pelo servidor titular;

Parágrafo Único - No caso do inciso II, o contratado deverá comunicar a Administração Municipal, com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

ARTIGO 11 - Os contratos de admissão serão precedidos do competente Processo Seletivo, aberto a todos interessados, mediante Edital e, de conformidade com o emprego a ser preenchido.

§ 1º- O preenchimento das vagas obedecerá à ordem de classificação.

§ 2º- Aquele que for aprovado no Processo Seletivo e, devidamente convocado pela Administração, terá o prazo improrrogável de 03 (três) dias para assumir suas funções, caso contrário, será considerado desistente.

ARTIGO 12 - No início de cada ano, preferencialmente a Secretaria interessada, fará seu Processo Seletivo com critérios objetivos.

ARTIGO 13 - As contratações previstas nesta Lei, somente ocorrerão se houver dotação orçamentária suficiente e, mediante prévia autorização do Executivo Municipal.

ARTIGO 14 – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, por Decreto, no que couber.

ARTIGO 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 06 de janeiro de 2009, revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 30 de janeiro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 30 do mês de janeiro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 001 a 004, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 30 de janeiro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(04)

(004)

LEI Nº 2.676, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo-DER/SP.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal Decreta e Ele promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, para a execução de pavimentação asfáltica da estrada vicinal do Bairro Abóboras à Ponte da Amizade, inclusive a PTC, sobre o Ribeirão Boa Vista.

ARTIGO 2º - Fica o Poder Municipal, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença, relacionadas na CLÁUSULA “Das Obrigações do Município”, no instrumento de Convênio.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes do disposto no Artigo 2º, desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 10 de fevereiro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 10 do mês de fevereiro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 006, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 10 de fevereiro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(006)

LEI Nº 2.675, DE 30 DE JANEIRO DE 2009

Dispõe sobre aumento de salário, subsídio, vencimento, provento ou pensão e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 1º de janeiro de 2009, um aumento do salário, subsídio, vencimento, provento e pensão, conforme o caso, da ordem de 6.0190%, aos servidores, funcionários, aposentados e pensionistas e ao Quadro de Servidores do Magistério Municipal, cujo aumento incidirá sobre salário, subsídio, vencimento, provento e/ou pensão a partir do dia 1º do mês de janeiro de 2009.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão cobertas com os recursos consignados no orçamento municipal, suplementados oportunamente, se for necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2009.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 30 de janeiro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 30 do mês de janeiro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 005, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 30 de janeiro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(005)

LEI Nº 2.677, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo-DER/SP.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal Decreta e Ele promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, para a execução das obras e serviços de recuperação da estrada vicinal que liga o Município de Laranjal Paulista ao Município de Saltinho, entre as Rodovias SP-300 e SP-127.

ARTIGO 2º - Fica o Poder Municipal, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença, relacionadas na CLÁUSULA “Das Obrigações do Município”, no instrumento de Convênio.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes do disposto no Artigo 2º, desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 10 de fevereiro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 10 do mês de fevereiro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 007, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 10 de fevereiro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(007)

LEI Nº 2.678, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009

Proíbe o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete, capuz, gorro ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face, nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal Decreta e Ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibido o ingresso ou permanência de pessoa utilizando capacete, capuz, gorro ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face, nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público.

§1º - Os efeitos desta lei estendem-se aos prédios que funcionam no sistema de condomínio.

§2º - Os bonés, gorros e acessórios similares não se enquadram na proibição de que trata o *caput* deste artigo, salvo se estiverem sendo utilizados de forma a ocultar a face da pessoa.

Art. 2º - Os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata a presente lei deverão fixar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente lei, placa indicativa na entrada do estabelecimento, contendo, com letras legíveis, a seguinte inscrição: “É proibida a entrada de pessoa utilizando capacete, capuz, gorro ou qualquer tipo de cobertura que encubra a face”.

Parágrafo Único – Ainda deverá constar da placa indicativa, logo abaixo da inscrição a que se refere o *caput* deste artigo, a menção do número, bem como data de publicação da presente lei.

Art. 3º - O descumprimento da presente lei acarretará multa de 50 (cinquenta) UFESP'S a ser aplicada pelos fiscais da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

(01)

(008)

Art. 4º - As eventuais despesas decorrentes da publicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 10 de fevereiro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 10 do mês de fevereiro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 008 e 009, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 10 de fevereiro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(009)

LEI Nº 2.679, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Dispõe sobre Programa de Qualificação Profissional e Combate ao Desemprego e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - Fica o criado no município de Laranjal Paulista o Programa de Qualificação Profissional e Combate ao Desemprego, com o objetivo de proporcionar ocupação, educação, qualificação profissional e renda para cidadãos integrantes da população desempregada residente no município.

§ 1º - O Programa de que trata esta Lei beneficiaria até 120 (cento e vinte) cidadãos e será coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

§ 2º - Do total das vagas previstas no parágrafo anterior, 5% (cinco por cento), serão destinadas aos portadores de deficiência física, desde que haja interessados.

ARTIGO 2º - O Programa de Qualificação Profissional e Combate ao Desemprego proporcionará aos cidadãos desempregados educação, qualificação profissional, por meio de atividades praticas em prol da comunidade, mediante o recebimento de uma bolsa auxílio-desemprego e uma cesta básica.

§ 1º - É obrigatória a participação dos beneficiários do Programa nas palestras e cursos de educação e qualificação profissional.

§ 2º - A bolsa auxílio-desemprego será no valor de um salário mínimo vigente no País, mensal.

ARTIGO 3º - As condições para o alistamento no Programa, mediante seleção simples, serão definidas em regulamento que observará os seguintes requisitos:

- I - Estar desempregado há mais de 03 (três) meses.
- II - Não estar recebendo seguro desemprego ou participando de outro programa assistencial equivalente;
- III - Comprovar residência há pelo menos 02 (dois) anos, no Município de Laranjal Paulista.
- IV - Ter mais de 18 (dezoito) anos de idade.

(01)

(010)

§ 1º - O Programa atenderá apenas um beneficiário por núcleo familiar.

§ 2º - Sendo o numero de alistados superior ao de vagas, à preferência para participar do Programa era definida mediante a aplicação, pela ordem, dos seguintes critérios:

- a) Maiores encargos familiares;
- b) Maior tempo de desemprego;
- c) Maior idade;

§ 3º - Não poderá ser beneficiário do Programa quem estiver percebendo benefício previdenciário.

§ 4º - O candidato devera apresentar certidão de boa conduta e quitação do serviço militar;

ARTIGO 4º - O Programa corresponderá à observância por parte do beneficiário de 40 (quarenta) horas semanais.

ARTIGO 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar condições para o deslocamento dos participantes de que se trata esta lei.

ARTIGO 6º - O município contratará seguro de acidentes pessoais para todos os participantes do Programa;

ARTIGO 7º - O Programa de Qualificação Profissional e Combate ao Desemprego, e seus benefícios, previstos no Art. 2º desta lei, terá duração de 48 meses, prorrogável por igual período, por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - O beneficiário participará do Programa por período de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

ARTIGO 8º - As concessões das bolsas ao combate ao desemprego, que trata esta lei, não caracterizarão vínculos empregatícios ou profissionais.

ARTIGO 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 dias a contar da publicação.

ARTIGO 10 - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos órgãos nos quais as atividades práticas serão desenvolvidas e suplementadas, se necessário, para as despesas com os cursos de educação e qualificação profissional.

(02)

(011)

ARTIGO 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 12 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 27 de fevereiro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 27 do mês de fevereiro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 010 a 012, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 27 de fevereiro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(03)

(012)

LEI Nº 2.680, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009

Dispõe sobre a proibição do uso, estocagem e/ou comercialização de “Cerol” (mistura de cola e vidro moído ou pó de ferro) e produtos similares no Município de Laranjal Paulista e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica proibido o uso, estocagem e/ou comercialização de “Cerol” e/ou produtos similares no Município de Laranjal Paulista.

Parágrafo Único - Entende-se por “Cerol”, o produto originário da mistura de cola de madeira com vidro moído e/ou pó de ferro.

Art. 2º - Ao infrator do disposto no artigo anterior, com relação ao uso de “Cerol” serão impostas as seguintes penalidades, observando-se os critérios da Lei Estadual nº. 12.192, de 06 de janeiro de 2006:

I - ser maior de idade:

a) apreensão do material instrumento da infração - manivela, linha, pipa ou similares;

b) multa de 5 (cinco) UFESPs.

c) multa em dobro, em caso de reincidência.

II - se menor de idade:

a) apreensão do material instrumento da infração - manivela, linha, pipa ou similares;

b) multa de 5 (cinco) UFESPs aos pais ou responsáveis.

c) multa em dobro, em caso de reincidência.

Art. 3º - Ao infrator do disposto no artigo 1º, como relação a estocagem e/ou comercialização, após constatação dos produtos proibidos, da presente Lei, implicará na sua imediata apreensão e aplicação de multa, pelo Poder Executivo, no valor equivalente a 5 (cinco) UFESPs.

Parágrafo Único - Havendo reincidência da irregularidade, fica a Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal autorizado a cancelar o competente Alvará de Uso e proceder a lacração do estabelecimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(01)

(013)

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º - As despesas para a execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 27 de fevereiro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 27 do mês de fevereiro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 013 e 014, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 27 de fevereiro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(014)

LEI Nº 2.681, DE 17 DE MARÇO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a conceder “Pró-Labore” para os Policiais Militares atuantes em Laranjal Paulista, do 3º Pelotão de Polícia Militar, da 2ª Companhia, do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 12 BPMI – e da outras providencias.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a conceder, a partir de 1º fevereiro de 2009 e com vigência limitada até 31 de dezembro de 2009, “Pró-Labore” para os policiais atuantes em Laranjal Paulista, do 3º Pelotão de Polícia Militar, da 2ª Companhia, do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 12 BPMI, que participarem, exclusivamente, no policiamento de trânsito e segurança da cidade.

Parágrafo Único – Poderá ser prorrogada esta lei, por período não superior a dois anos, mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 2º - O “Pró-Labore”, instituído por esta lei, é fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e será pago mensalmente a cada policial militar no desempenho dos serviços mencionados no artigo anterior, independentemente da patente do beneficiado.

Art. 3º - Não farão jus ao benefício previsto no artigo anterior os policiais militares, que incorrerem nas seguintes hipóteses:

- I- Que estiverem respondendo a qualquer procedimento administrativo que lhes impeçam de exercer as atividades em outras unidades da Polícia Militar;
- II- Que estejam participando de curso por período superior a 30 (trinta) dias;
- III- Que estejam prestando serviços fora do Município por período superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – será proporcional o pró-labore, em caso de licença médica, salvo acidente de trabalho.

Art. 4º - O comandante do 3º Pelotão de Polícia Militar de Laranjal Paulista encaminhará ao setor competente da Prefeitura Municipal, até o segundo dia útil de cada mês subsequente, relação dos policiais militares contemplados com o “Pró-Labore”, das quais deverá constar a relação nominal individualizada do beneficiado e seus respectivos dados de qualificação, bem como outras informações complementares.

Parágrafo Único – O pagamento ocorrerá até o dia 10 de cada mês.

Art. 5º - O pagamento do “Pró-Labore” efetuado pelo Município não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e nem gera quaisquer outros direitos e obrigações de ordem contratual ou patrimonial.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei no que couber.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução do disposto nesta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário for.

Art. 8º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 17 de março de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 17 do mês de março do ano de 2009, e encadernada sob fls. 015 e 016, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 17 de março de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(016)

LEI Nº 2.682, DE 17 DE MARÇO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, objetivando a transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social de Laranjal Paulista.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei.

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal de Laranjal Paulista, autorizado a celebrar Termos de Convênio com o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA, por intermédio do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, tendo por objeto de ação compartilhada visando à transferência de recursos do CONDECA para o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, cuja finalidade é a descentralização da gestão das ações e serviços à criança e ao adolescente do Município.

ARTIGO 2º - No processo de parceria para prestação de serviços, objetivo do convênio, o Município assumirá integralmente a gestão dos serviços para executar com a cooperação técnica, administrativa e financeira do CONDECA, de forma direta ou mútua colaboração com as Entidades e Organizações com inscrição no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município.

(01)

(017)

ARTIGO 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio diretamente com as Entidades Sociais cadastradas no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente existentes no Município.

Parágrafo Único - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a tomar as devidas providências necessária à execução do convênio no artigo 3º.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de repasses do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, e por meio do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, e por conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e especialmente a Lei nº 2.168 de 24 de fevereiro de 1999.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 17 de março de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 17 do mês de março do ano de 2009, e encadernada sob fls. 017 e 018, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 17 de março de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(018)

LEI Nº 2.683, DE 17 DE MARÇO DE 2009

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no orçamento-programa do exercício de 2009, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica incluso nos anexos II e III relativo aos programas governamentais do PPA - Plano Plurianual para os exercícios 2006/2009, Lei Municipal nº. 2.483, de 13 de Setembro de 2005, e nos anexos V e VI da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2009, Lei Municipal nº. 2.661, de 14 de Outubro de 2008, o seguinte projeto governamental, em seus anexos II, III, V e VI, que fazem parte integrante da presente.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2009, crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 247.591,48 (duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos), a saber:

ÓRGÃO: 02 - EXECUTIVO

U.G.: 10 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

12 - EDUCAÇÃO (FUNÇÃO)

361 - ENSINO FUNDAMENTAL (SUB FUNÇÃO)

0044 - EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB (PROGRAMA DE GOVERNO)

1.036 - PROJETO (TIPO DE AÇÃO) - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRA POLI ESPORTIVA (AÇÃO DE GOVERNO)

4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES.....R\$ 247.591,48

265 - CODIGO DE APLICAÇÃO (RECURSOS VINCULADOS AO FUNDEB PARA APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS, ADVINDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. IDENTIFICADO PELO ANO DE INGRESSO DOS RECURSOS).

Art. 3º - A cobertura do crédito adicional ESPECIAL, aberto no artigo anterior no valor de R\$ 247.591,48 (duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos), será coberto por superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no art. 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

(01)

(019)

Parágrafo Único – A fonte de recurso proveniente da abertura do crédito, será Transferências e Convênios Estaduais-Vinculados – Exercícios Anteriores, código 92 da tabela AUDESP.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 17 de março de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 17 do mês de março do ano de 2009, e encadernada sob fls. 019 e 020, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 17 de março de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(020)

LEI Nº 2.685, DE 24 DE MARÇO DE 2009

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial na Contadoria da Câmara Municipal, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Legislativo expressamente autorizado, nos termos da legislação em vigor, a abrir, na Contadoria da Câmara Municipal, um crédito adicional especial, nos termos do que dispõe o artigo 41, item II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 78.809,55 (setenta e oito mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos), para atender despesa com juros e amortização da dívida interna, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

ORGÃO	CAMARA MUNICIPAL	
UNIDADE	01- LEGISLATIVO	
UNIDADE EXECUTORA	01- CAMARA MUNICIPAL	
288430000.0.001	Juros e Amort. Da Dívida Interna	
329021.00.00 - 09	Juros sobre a Dívida pr contrato	21.461,31
469071.00.00 - 10	Principal da Dívida Contratual Resgatada	57.348,24
	TOTAL.....	78.809,55

Artigo 2º - O valor do crédito adicional especial, de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos financeiros provenientes da anulação parcial de dotação orçamentária do corrente exercício, nos termos do que dispõe o artigo 43, § 1º, item III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ORGÃO	CAMARA MUNICIPAL	
UNIDADE	01- LEGISLATIVO	
UNIDADE EXECUTORA	01- CAMARA MUNICIPAL	
010310001.2.001	Manutenção da Câmara Municipal	
319011.00.00 - 01	Vencº e Vant. Fixas - Pessoal Civil	
	TOTAL.....	78.809,55

(01)

(023)

Artigo 3º - As alterações necessárias para abertura deste Crédito Adicional Especial, serão consideradas nos anexos do PPA e da LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 24 de março de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 24 do mês de março do ano de 2009, e encadernada sob fls. 023 e 024, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 24 de março de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(024)

LEI Nº 2.686, DE 24 DE MARÇO DE 2009

Dá nova redação ao Artigo 1º, contido na Lei nº 2.684 de 17 março de 2009, que dispõe sobre DOAÇÃO, SEM ENCARGO, de área institucional, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS -, destinada a construção de uma agência e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

ARTIGO 1º. O art. 1º, da Lei nº 2.684 de 17 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica desafetado o imóvel objeto desta Lei de Bem Comum para Bem Dominial do município e autoriza o Executivo a doar ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS -, para instalação de uma agência da Previdência Social, assim descrito”:

“Uma área de terras designada como Área Institucional 02, do loteamento denominado Jardim Ambiental II, situado nesta cidade e comarca de Laranjal Paulista-SP, com a área de 1.123,41 metros quadrados; com frente para a Rua Antonio Alves Martins, onde mede 21,00m. (vinte e um metros); do lado direito de quem da frente olha tem uma curva de concordância de 14,14m (quatorze metros e quatorze centímetros), com a Rua Pedro Joaquim Silveira, e segue por 28,50m (vinte e oito metros e cinquenta centímetros) pela mesma Rua, do lado esquerdo medindo 37,50m (trinta e sete metros e cinquenta centímetros), confrontando-se com a área institucional 01, e nos fundos medindo 30,00m (trinta metros), confrontando-se com a Praça Paola Ghiraldi Luvisotto Stringhini, fechando o perímetro com uma área de 1.123,41m². A quadra é formada pelas citadas ruas, mais as ruas Jornalista Belmiro Fanelli e Profº Alberto Rovai.” Objeto da Matrícula nº 11.936, do Livro nº 2, do CRI de Laranjal Paulista.

Parágrafo Único - Os demais dispositivos da Lei nº 2.684/09, permanecerão inalterados.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor nesta data.

ARTIGO 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 24 de março de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 24 do mês de março do ano de 2009, e encadernada sob fls. 025 e 026, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 24 de março de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento
(02)

(026)

LEI Nº 2.687, DE 06 DE ABRIL DE 2009

Dispõe sobre a instituição de educação ambiental nas escolas municipais de Laranjal Paulista e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º – Fica instituída nas escolas municipais de Laranjal Paulista a educação ambiental como uma prática educativa integrada, com finalidade de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade sócio-ambiental de maneira comprometida, respeitando a vida e o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global.

Art. 2º – As escolas deverão trabalhar diariamente com atitude, com formação de valores, com ensino e a aprendizagem de habilidades, procedimentos e comportamentos ambientalmente corretos.

Art. 3º – Oferecer ao aluno, instrumento que o faça perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 06 de abril de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 06 do mês de abril do ano de 2009, e encadernada sob fls. 027, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 06 de abril de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.688, DE 06 DE ABRIL DE 2009

Dá nova redação ao artigo 6º da Lei nº. 2.528, de 20 de julho de 2006, que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, do Conselho Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º. O artigo 6º da Lei nº. 2.528, de 20 de julho de 2006, que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, do Conselho Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. - O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Laranjal Paulista terá a seguinte composição:

I - Seis representantes do poder público, sendo:

- a) Quatro representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito Municipal;***
- b) Um representante da Câmara Municipal de Laranjal Paulista;***
- c) Um representante na condição de técnico de nível superior;***

II - Seis representantes dos segmentos civis de Laranjal Paulista, sendo:

- a) Dois representantes as associações civis e comunitárias e organização de trabalhadores;***
- b) Dois representantes do setor produtivo;***
- c) Um representante da rede municipal de ensino;***
- d) Um representante a OAB, indicado pelo Presidente da Subseção local.***

§1º. Os Conselheiros Municipais tomarão posse em 1º de fevereiro e terão mandato de dois anos.

§2º. O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente será eleito dentre os conselheiros, que votarão entre si, elegendo-se o mais votado por maioria simples.

§3º. Os membros do Conselho serão nomeados por decreto do Poder Executivo.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 06 de abril de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 06 do mês de abril do ano de 2009, e encadernada sob fls. 028 e 029, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 06 de abril de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(029)

LEI Nº 2.689, DE 14 DE ABRIL DE 2009

Dá nova redação aos dispositivos do artigo 2º, da Lei nº 2.674 de 30 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Contratação Por Prazo Determinado, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e art.124, da Lei Complementar nº 85/07, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - O artigo 2º, da Lei nº 2.674 de 30 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2º - A contratação de pessoal por tempo determinado, visa garantir a prestação de serviços essenciais e de solução de continuidade do atendimento nas áreas de saúde, de educação, de assistência social, de serviços públicos municipais e de segurança, após, esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento dos servidores públicos municipais excedentes, sempre em caráter de excepcionalidade e temporalidade”.

Parágrafo Único - Os demais dispositivos da Lei nº 2.674/09, permanecerão inalterados.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor nesta data.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de abril de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 14 do mês de abril do ano de 2009, e encadernada sob fls. 030, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 14 de abril de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(030)

LEI Nº 2.690, DE 14 DE ABRIL DE 2009

Dá nova redação ao Artigo 1º e 2º, contidos na Lei nº 2.663 de 14 de novembro de 2008, que dispõe sobre a concessão de recursos financeiros para estudantes que efetivamente cursarem faculdade ou cursos técnicos-profissionalizantes em estabelecimento de ensino localizado em outros Municípios e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

ARTIGO 1º. O artigo 1º e 2º, da Lei nº 2.663 de 14 de novembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder executivo autorizado a conceder recursos financeiros a título de ajuda de custo para o transporte em veículos coletivos de passageiros, aos estudantes que estiverem efetivamente matriculados e freqüentando cursos universitários, técnicos-profissionalizantes e preparatórios para vestibular em estabelecimento de ensino localizado em outros Municípios, desde que esses cursos não tenham em Laranjal Paulista, para custear as despesas escolares, durante o período do ano letivo de 2009.

Parágrafo único – O veículo a que se refere este artigo deverá estar coletivamente fretado, na proporção mínima de 80% (oitenta por cento) de sua capacidade”.

“Art. 2º - A ajuda de custo de que trata a presente Lei será concedida mensalmente exceto durante as férias escolares e corresponderá à parcela de até 90% (noventa por cento) para cursos universitários e técnicos-profissionalizantes, e de até 50% (cinquenta por cento) para cursos preparatórios de vestibular, do mês de fevereiro à dezembro do respectivo ano, valor das despesas com transporte necessário até o Município onde se localiza o estabelecimento de ensino em que o beneficiário está cursando”.

(01)

(031)

Parágrafo Único - Os demais dispositivos da Lei nº 2.663/08, permanecerão inalterados.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor nesta data.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 14 de abril de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 14 do mês de abril do ano de 2009, e encadernada sob fls. 031 e 032, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 14 de abril de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(032)

LEI Nº. 2.691, de 15 de abril de 2009

Determina que os proprietários de cães de raças notoriamente violentas e perigosas coloquem o equipamento de segurança chamado focinheira nos animais quando transitarem em praças e vias públicas de Laranjal Paulista.

Eu, ROQUE LAZARO DE LARA, Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que nos termos do § 7º, do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município, PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Os cães de raças notoriamente violentas e perigosas só podem ser levados às praças ou vias públicas, onde ocorra a presença de crianças ou pessoas indefesas, quando estiverem usando o equipamento de segurança conhecido como focinheira.

Parágrafo único. Ficam, para efeitos desta Lei, considerados cães violentos os integrantes das raças: Mastin-Napolitano, Bull Terrier, American Staffordshire, Pastor Alemão, Rottweiler, Fila, Doberman e Pitbull ou aquelas cujos antecedentes registram ataques com danos riscos a pessoas; os cães de guarda treinados para ataque, ou aqueles que pelo porte e comportamento que colocam em risco a segurança das pessoas.

Art. 2º. Para o bem da segurança pública, fica autorizado o serviço de guarda, ou policiamento, nas praças ou vias públicas, a intervir, apreendendo ou acionando o setor competente do Município, para a apreensão dos animais de risco, que estiverem transitando sem a focinheira .

Art. 3º. Ocorrendo a apreensão, a liberação somente ocorrerá mediante prova, por parte do proprietário, de que reúne as condições de segurança para a guarda do animal, como muros ou cercas de frestas estreitas no local da guarda, equipamento de segurança, como focinheira além de pagar multa equivalente a 10 (dez) UFESPs.

Art. 4º. O animal apreendido que não for liberado no prazo de 10 (dez) dias será considerado de propriedade do Município, e assim ter o destino que seja mais conveniente à sociedade, podendo inclusive ser sacrificado ou doado a entidade de pesquisa.

Art. 5º. Na reincidência, a multa será dobrada, e ocorrendo uma terceira apreensão de animal do mesmo proprietário, o cão apreendido será considerado abandonado para todos os efeitos e a multa será triplicada, independente de outras penalidades e cominações legais que possam ocorrer.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a publicação da presente lei, apresentará a regulamentação para a sua efetiva aplicabilidade.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 15 de abril de 2009.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

LEI Nº 2.692, DE 15 DE ABRIL DE 2009

Institui a Semana Municipal do Voluntariado no Município de Laranjal Paulista - SP e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica instituída a Semana Municipal do Voluntariado no município de Laranjal Paulista – SP, a ser realizada, anualmente, no mês de Agosto, na semana das celebrações do Dia Nacional do Voluntariado (28 de agosto).

Artigo 2º - A Semana Municipal do Voluntariado tem como finalidade:

I – promover a mobilização da comunidade que trabalha com a questão do voluntariado no Município;

II – conscientizar a população sobre a importância do voluntariado no processo de evolução da sociedade;

III – propiciar o envolvimento dos meios de comunicação na produção e divulgação de matérias que favoreçam a informação e a reflexão sobre a importância do voluntariado;

IV – estimular a participação estudantil em atividades educacionais e artístico-culturais de valorização do voluntariado;

V – fomentar a interação entre as diversas entidades, governamentais e não-governamentais, e segmentos sociais que atuam na promoção do voluntariado;

VI – incentivar a atuação das Secretarias Municipais de Laranjal Paulista no trato da questão do voluntariado;

Artigo 3º - Compete às Secretarias Municipais de Assistência Social, da Cultura, da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente e do Esporte, Lazer e Turismo, coordenar, orientar e monitorar as atividades referentes à Semana Municipal do Voluntariado, assegurando a qualidade do trabalho realizado.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal incentivará a realização de eventos comemorativos na Semana Municipal do Voluntariado, podendo estabelecer parcerias com outros Municípios e com Órgãos e Entidades Governamentais e Não-Governamentais.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa (90) dias de sua publicação.

Artigo 5º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de abril de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de abril do ano de 2009, e encadernada sob fls. 035 e 036, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de abril de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(036)

LEI Nº 2.693, DE 15 DE ABRIL DE 2009

Obriga as Escolas da Rede Pública do Município de Laranjal Paulista a comunicar, por escrito, em caráter preventivo, ao Juizado de Infância e Juventude, Conselho Tutelar e aos Pais, a ocorrência do excesso de faltas dos alunos, antes que estas ultrapassem o limite permitido de vinte e cinco por cento de ausências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Artigo 1º - Ficam, as Escolas da Rede Pública Municipal de Laranjal Paulista, obrigadas a comunicar, por escrito, em caráter preventivo, ao Juizado de Infância e Juventude, Conselho Tutelar e aos Pais, a ocorrência do excesso de faltas dos alunos regularmente matriculados nas Escolas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, antes que ultrapassem o limite permitido de vinte e cinco por cento de ausências.

Parágrafo único – A comunicação deverá ser feita quando for atingido o limite de vinte por cento de faltas.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a aprovação desta Lei.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de abril de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de abril do ano de 2009, e encadernada sob fls. 037, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de abril de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento
(01)

(037)

LEI Nº 2.694, DE 12 DE MAIO DE 2009

Dispõe sobre a alteração da Estrutura Orçamentária da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista e abertura de crédito adicional especial no orçamento-programa do exercício de 2009, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada as descrições das seguintes Secretarias na Estrutura Orçamentária da Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 99 de 02 de Abril de 2009:

unidade	Estrutura Orçamentária	unidade	Nova estrutura orçamentária
02.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE	02.01	SECRETARIA DE GOVERNO
02.04	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	02.04	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
02.05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FMS	02.05	SECRETARIA DE SAÚDE
02.06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	02.06	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
02.07	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E HABITAÇÃO	02.07	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
02.08	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E RURAIS	02.08	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2009, crédito adicional ESPECIAL na Secretaria de Governo e Secretaria de Administração e Finanças com a transposição das dotações conforme estrutura orçamentária abaixo:

UNIDADE	DÁ DOTAÇÃO	UNIDADE	PARA DOTAÇÃO
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E HABITAÇÃO	01.00	SECRETARIA DE GOVERNO - TRÂNSITO
15.00	GUARDA MUNICIPAL	01.00	SECRETARIA DE GOVERNO - GUARDA CIVIL MUNICIPAL
18.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	02.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - NEGÓCIOS JURÍDICOS

§ 1º - Em atendimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/00 - LRF, a abertura dos créditos adicionais especiais propostos nesta Lei, não constituirão novas despesas, estando adequados a lei orçamentária anual e previsto em seus programas de trabalho.

§ 2º - Os valores dos créditos adicionais especiais autorizados no Art. 2º serão abertos por Decreto Executivo no montante existente em cada dotação da Guarda Municipal, Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos e Transito na data da promulgação desta lei, em conformidade com o art. 41, inciso II e 43, § 1º, inciso III da Lei Federal 4.320/64.

§ 3º - As despesas empenhadas até a data da transposição na rubricas da Guarda Municipal e da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos permaneceram nas contas contábeis de origem, fazendo parte integrante dos balancetes mensais e de encerramento.

Art. 3º - As alterações contidas nesta Lei, serão consideradas no PPA – Plano Plurianual 2006/2009, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 e LOA – Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de maio de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 12 do mês de maio do ano de 2009, e encadernada sob fls. 038 e 039, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 12 de maio de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento
(02)

(039)

LEI Nº 2.696, DE 12 DE MAIO DE 2009

Dispõe sobre regularização de construções que estejam em desacordo com a legislação existente no Município de Laranjal Paulista.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - As construções existentes na Zona Urbana do Município de Laranjal Paulista, cujas dimensões e áreas estejam em desacordo com a legislação vigente, poderão ser regularizadas e ter expedidos os correspondentes Certificados de Regularidade.

§ 1º - Considerando-se as construções existentes para efeito de Lei, as que estiverem efetivamente construídas na data de publicação desta Lei, com condições mínimas de habitabilidade, higiene e segurança.

§ 2º - As prescrições deste artigo não se aplicam as construções que estejam embargadas judicialmente.

ARTIGO 2º - Para a mencionada regularização, expressa no Artigo 1º, o interessado, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei, deverá protocolar na Serventia Municipal de Planejamento, requerimento de regularização, acompanhado dos seguintes documentos.

1. 05 (cinco) vias da planta, em cópia heliográfica ou plotagem de computado da planta da construção a ser regularizada, sob a responsabilidade técnica de profissional habilitado;
2. 05 (cinco) vias de memorial descritivo do imóvel, sob responsabilidade de profissional habilitado;
3. 01 (uma) via do ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);
4. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CND -;
5. Cópia de folha de informação do Carne de IPTU.

ARTIGO 3º - Para proceder a regularização das construções existentes em desacordo com a legislação de que trata o Artigo 1º, da presente Lei, a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, procederá vistoria no local, devendo o fiscal preencher uma folha de vistoria onde constem as informações que constarão do Certificado de Regularidade.

ARTIGO 4º - Os casos omissos poderão ser regulamentados por Decreto.

ARTIGO 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de maio de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 12 do mês de maio do ano de 2009, e encadernada sob fls. 042 e 043, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 12 de maio de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(043)

LEI Nº 2.697, DE 12 DE MAIO DE 2009

Autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Energia, objetivando a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as diretrizes gerais instituídas pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo deste Município autorizado a celebrar com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Energia, Convênio cujo objeto é a conjugação de esforços dos partícipes para elaboração do plano de saneamento básico do MUNICÍPIO, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as disposições do artigo 19, da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

ARTIGO 2º - O Convênio poderá ser aditado, sempre no interesse público.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 12 de maio de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 12 do mês de maio do ano de 2009, e encadernada sob fls. 044, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 12 de maio de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(044)

LEI Nº 2.698, DE 26 DE MAIO DE 2009

Institui o **PDV** – Programa de Desligamento Voluntário de Servidores do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Município de Laranjal Paulista, o Programa de Desligamento Voluntário do Servidor Público Municipal – PDV -, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições previstos nesta Lei.

ARTIGO 2º - Poderão aderir ao PDV todos os servidores públicos do Poder Executivo Municipal, ocupantes de empregos efetivos ou estáveis, que voluntariamente e de forma expressa manifestarem interesse estrito em desligar-se dos quadros de qualquer Órgão Municipal, nos termos desta Lei, exceto aqueles que:

- I - Respondam a processo administrativo, disciplinar ou sindicância ou sejam réu em ação popular ou civil pública;
- II – Estejam sujeitos ao pagamento de indenização ou à devolução de dinheiro aos cofres públicos;
- III - Possuam débitos junto ao Município;
- IV - Tenham se beneficiados de bolsa de estudos, com ônus para os cofres municipais;
- V - Tenham sido condenados por decisão transitada em julgado, que importe na perda do emprego;
- VI - Estejam afastados em virtude de licença para tratamento de saúde, quando acometidos das doenças especificadas na legislação em vigor, ou a servidora em gozo de licença gestante prevista no artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- VII – Sejam ocupantes, exclusivamente, de cargos de provimento em comissão, ou aquele contratado em caráter temporário e excepcional;
- VIII - Aprovados em concurso público para a ocupação de qualquer outro cargo público efetivo na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, estiverem aguardando a nomeação;

Parágrafo Único – Nos casos dos incisos II e III, o servidor poderá aderir ao PDV, se antes quitar seu débito.

ARTIGO 3º - Ao servidor que aderir ao PDV e tiver o seu pedido deferido, serão concedidos os seguintes incentivos:

- I - O valor equivalente a 1 (um) salário de referência, por ano de serviço público prestado ao Município de Laranjal Paulista, acrescido do adicional por tempo de serviço, até o limite de 5 (cinco) anos;
- II - O valor total da indenização acrescido dos 40% (quarenta por cento), de multa rescisória incidente sobre o saldo dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- III - Ao servidor que tiver seu requerimento aprovado, serão adicionados os acréscimos pecuniários a que teria direito até a data da efetiva exoneração, devendo ser pagos juntamente com a indenização;

ARTIGO 4º - Não integrará o cálculo de apuração do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, o período em que o servidor esteve em licença para tratar de assuntos particulares.

ARTIGO 5º - O requerimento pedindo a inscrição ao Programa de Desligamento Voluntário deverá observar a conformidade do modelo constante do Anexo I, da presente Lei.

Parágrafo Único - O servidor poderá se inscrever por procurador, munido de instrumento público.

ARTIGO 6º - Não se emitirá parecer favorável ao requerimento do servidor, quando:

- I - A dispensa do servidor afetar a continuidade do serviço público;
- II- Inexistente o recurso orçamentário/financeiro destinado à indenização;
- III - Inexistentes os pressupostos de possibilidade jurídica do pedido.

ARTIGO 7º - O prazo para pagamento do valor apurado dos benefícios de que tratam esta Lei, será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do deferimento do pedido.

Parágrafo Único - Se o servidor tiver desconto de pensão alimentícia em folha, o Município depositará em Juízo, o respectivo valor, observada a proporcionalidade entre a pensão e a remuneração mensal.

ARTIGO 8º - O Programa de Demissão Voluntária, terá vigência de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei, sendo 30 (trinta) dias destinados à adesão dos servidores, e o saldo remanescente para a tramitação processual e pagamento das indenizações.

Parágrafo Único – A vigência e os prazos estabelecidos no caput deste artigo, poderão ser prorrogados através de Decreto, conforme conveniência da Administração.

ARTIGO 9º - O Poder Executivo Municipal expedirá normas complementares para regulamentação da execução do disposto nesta Lei, por Decreto.

ARTIGO 10 – As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão às custas das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 26 de maio de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 26 do mês de maio do ano de 2009, e encadernada sob fls. 045 a 047, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 26 de maio de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(03)

(047)

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA ADERIR AO PDV

Ao
Departamento de Recursos Humanos

Eu, _____,
brasileiro(a), (estado civil) _____, portador(a) do RG nº _____ -
SSP/SP e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à
(Rua/Avenida) _____, nº _____,
Bairro _____, na cidade
_____/SP, lotado(a) no Emprego Público Municipal,
regido pela CLT, REQUEIRO, nos termos da Lei Municipal nº
_____ de _____ de 2009, a minha inclusão no
PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO, para meu desligamento
definitivo do Quadro de Pessoal Permanente da Administração Pública
Municipal, autorizando respectivamente a extinção de meu contrato de
trabalho, em caráter definitivo, a partir da presente data, renunciando
expressamente ainda o direito a estabilidade adquirida ou a qualquer outros
que não estejam previstos no presente Programa.

Laranjal Paulista, _____ de _____ de 2009.

Requerente

LEI Nº 2.699, DE 23 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade de orientação vocacional para alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação - SME, obrigado a oferecer orientação vocacional para os alunos matriculados nas 7ª e 8ª séries (8º e 9º anos) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, quando for o caso, da Rede Pública municipal de ensino.

Art. 2º A orientação vocacional de que trata o artigo 1º desta lei será ministrado por professores da própria Rede, desde que devidamente habilitados ou treinados para esse tipo de atividade.

Parágrafo Único - Poderão ser convidados para palestras, seminários e outras atividades do gênero, a título de colaboração com o Poder Público nessa iniciativa, para seu pleno sucesso, especialistas em orientação vocacional não integrantes de Rede Pública municipal, e profissionais das mais diversas áreas para discorrer sobre seus campos de trabalho e sobre suas carreiras.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 23 de junho de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 23 do mês de junho do ano de 2009, e encadernada sob fls. 048, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 23 de junho de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento
(01)

(048)

LEI Nº 2.700, DE 07 DE JULHO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar na Contadoria Municipal, e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista - Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo expressamente autorizado, nos termos da legislação em vigor, a abrir, na Contadoria Municipal, um **crédito adicional – suplementar**, nos termos do que dispõe o artigo 41, item I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a ser suplementada se necessário for, obedecendo as seguintes classificações orçamentárias:

02 - EXECUTIVO	
02.06 SECRET MUNIC DE ASSIST SOCIAL – FMAS	
082440023.2.056000 Manut. da Assist. Comunitária	
3.3.90.32.00.0000-1294- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	24.000,00
TOTAL	24.000,00

Artigo 2º - O valor do **crédito adicional – suplementar**, de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos financeiros provenientes de **anulações parciais** das seguintes dotações orçamentárias do corrente exercício, nos termos do que dispõe o artigo 43, § 1º, item III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964:

2 - EXECUTIVO	
02.06 SECRET MUNIC DE ASSIST SOCIAL – FMAS	
0824430048.2.059000 Manut. de Assistência ao Menor	
3.3.90.30.00.0000- 1186- MATERIAL DE CONSUMO	20.0000,00
4.4.90.52.00.0000- 1217- EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
TOTAL	24.000,00

Artigo 3º - As alterações necessárias para abertura deste Crédito Adicional, serão consideradas nos anexos do PPA e da LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 07 de julho de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 07 do mês de julho do ano de 2009, e encadernada sob fls. 049, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 07 de julho de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(049)

LEI Nº 2.701, DE 07 DE JULHO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a doar material inservível para a CORELPA – Cooperativa de Reciclagem de Laranjal Paulista/SP.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a CORELPA – Cooperativa de Reciclagem de Laranjal Paulista, materiais plásticos, óleo usado, sucatas e madeira proveniente de corte de árvores efetuadas pelo departamento competente da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP.

ARTIGO 2º - Fica expressamente excluído da presente Lei a doação de veículos e máquinas integrantes do patrimônio do município de Laranjal Paulista, ainda que em estado de sucata.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Parágrafo Único – Os serviços e obrigações de cada parte constarão do convênio que, depois de assinado, fará parte integrante desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 07 de julho de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 07 do mês de julho do ano de 2009, e encadernada sob fls. 050, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 07 de julho de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(050)

LEI Nº 2.702, DE 07 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2009 e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2009, crédito adicional ESPECIAL, no valor de R\$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais), a saber:

PODER EXECUTIVO:

07 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
15 – URBANISMO (FUNÇÃO)
451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA (SUB-FUNÇÃO)
0042 – OBRAS E MELHORIAS URBANAS
1 – PROJETO (TIPO DE AÇÃO)
0037 – DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE INTERESSE PÚBLICO
4.5.90.61.00 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS..... R\$ 36.000,00
TESOURO – (FONTE DE RECURSO)

10 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – FUNDEB
12 – EDUCAÇÃO (FUNÇÃO)
361 – ENSINO FUNDAMENTAL (SUB-FUNÇÃO)
0044 – EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB
1 – PROJETO (TIPO DE AÇÃO)
0037 – DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE INTERESSE PÚBLICO
4.5.90.61.00 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS..... R\$ 220.000,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS ESTADUAIS VINCULADOS (FONTE DE RECURSO)

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito adicional ESPECIAL aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais), será coberto pela anulação parcial de dotação, conforme disposto no inciso III, § 1º, Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

(01)

(051)

PODER EXECUTIVO

07 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
154510042.1.013000 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA
4.4.90.51.1628 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....R\$ 256.000,00
TESOURO – (FONTE DE RECURSO)

ARTIGO 3º - As alterações por força desta Lei serão consideradas no PPA vigente e LDO para o exercício de 2009.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 07 de julho de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 07 do mês de julho do ano de 2009, e encadernada sob fls. 051 e 052, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 07 de julho de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento
(02)

(052)

LEI Nº 2.703, DE 24 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre a proibição de queimadas de vegetação na área urbana do município e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Ficam proibidas no perímetro urbano do Município de Laranjal Paulista as queimadas de vegetação, fogueiras e nos contornos do mesmo, numa faixa de 2.000 (dois mil) metros;

§ 1º - Define-se como queimada a queima de vegetação rasteira, mato, árvores, arbustos ou qualquer vegetação seca ou verde, com o objetivo de limpeza ou para qualquer outro fim;

§ 2º - Define-se como fogueira, a queimada a céu aberto de madeiras, papel, vegetação seca, lixo e qualquer outro material, com o objetivo de limpeza ou para qualquer outro fim;

ARTIGO 2º - Aos infratores das disposições desta Lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) Em caso de queimadas:

I - Multa de 20 (vinte) UFESPs;

II - Obrigação de recomposição da área nos casos em que o fogo atingir área de vegetação natural protegida por Lei, a qual será feita por meio de plantio de espécies nativas do local, sob supervisão do Município.

b) Em caso de fogueira:

I - Multa de 12 (doze) UFESPs.

Parágrafo Único - A multa será recolhida com base na UFESP do dia do pagamento. Ocorrendo a extinção da UFESP adotar-se-á, para efeitos desta lei o mesmo índice que a substituir.

I - Em caso de reincidência, caracterizado pelo cometimento de nova infração da mesma natureza no mesmo ano, nas infrações subsequentes ao cometimento da primeira infração, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta.

(

ARTIGO 3º - As penalidades previstas na presente lei incidirão sobre os proprietários e ou possuidores dos imóveis atingidos pelas queimadas ou fogueiras.

ARTIGO 4º - Em caso de festividades, eventos e situações análogas a realização de fogueiras poderá ser autorizada pelo chefe do poder executivo mediante requerimento da parte interessada que deverá se comprometer a fornecer a segurança adequada no local, bem como assumir a responsabilidade por eventuais danos causados a terceiros.

ARTIGO 5º - Em caso de controle ou eliminação de pragas e doenças como forma de tratamento fitossanitário, o uso do fogo, desde que não seja contínuo, dependerá de prévia licença do órgão ambiental competente.

ARTIGO 6º - No tocante à queima da palha de cana-de-açúcar deverão ser adotados os procedimentos previstos na Legislação Estadual vigente, especialmente o disposto na Lei nº 11.241/02, Decreto nº 47.700/03 e Resoluções da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

ARTIGO 7º - Os casos omissos poderão ser regulamentados por decreto.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 24 de julho de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 24 do mês de julho do ano de 2009, e encadernada sob fls. 053 e 054, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 24 de julho de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(054)

LEI Nº 2.704, DE 24 DE JULHO DE 2009

Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DOS OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

ARTIGO 1º - Fica criado no âmbito do Município de Laranjal Paulista, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM).

ARTIGO 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem por objetivo deliberar, normatizar, fiscalizar e executar políticas relativas aos direitos da mulher.

ARTIGO 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será um centro permanente de debates entre vários setores da sociedade.

ARTIGO 4º - A autonomia do Conselho se exercerá nos limites da legislação em vigor e do compromisso com a democratização das relações sociais.

ARTIGO 5º - São atribuições e competência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I - Fiscalizar o cumprimento de leis federais, estaduais e municipais que atendam aos interesses das mulheres;

II - Receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;

II - Formular diretrizes e promover atividades que objetivem a defesa dos direitos da mulher, a eliminação da discriminação e a sua plena integração na vida sócio-econômica, política e cultural;

III - Desenvolver programas que visem a participação da mulher em todos os campos de atividades;

IV - Acompanhar a elaboração de programas de governo em questões relativas à mulher;

V - Dar pareceres sobre projetos de lei relativos à questão da mulher, quer seja iniciativa do Poder Executivo ou do Legislativo;

VI - Sugerir ao Poder Executivo e à Câmara Municipal a elaboração de projetos de lei que visem assegurar ou ampliar os direitos da mulher;

VII - Estabelecer intercâmbios com entidades afins;

VIII - Criar comissões especializadas ou grupos de trabalho para promover estudos, elaborar projetos, fornecer subsídios ou sugestões para apreciação pelo conselho, em período de tempo previamente fixado;

IX - Deliberar e estabelecer critérios e diretrizes de criação, funcionamento e organização de Casas Abrigo de Mulheres Vítimas de Violência e sua relação com a comunidade, bem como participar da definição de critérios para a realização de concurso público para a contratação de funcionários e técnicos destas Casas.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

ARTIGO 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será constituído de 20 (vinte) membros, dos quais 05 (cinco) Conselheiras são de livre escolha do Prefeito Municipal entre representantes das Secretarias Municipais e 15 (quinze) representantes de Órgãos e Associações, abaixo relacionadas, nomeadas pelo Prefeito Municipal após consulta e indicação de cada entidade:

- I. Uma representante da Associação Comercial e Empresarial – ACE;
- II. Uma representante de Associação Amizade da Terceira Idade;
- III. Uma representante da Associação Unidos da Melhor Idade;
- IV. Uma representante da Associação de Mães “Maria Sampaio”;
- V. Uma representante da Associação Laranjalense dos Portadores de Deficiência – ALARDE;
- VI. Uma representante da Associação Mão Amiga – AMA;
- VII. Uma representante de Associação da Zona Rural;
- VIII. Uma representante da Igreja Católica;
- IX. Uma representante das Igrejas Evangélicas;
- X. Uma representante da Câmara Municipal;
- XI. Uma representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- XII. Uma representante de Entidade de Consciência Negra de Laranjal Paulista;
- XIII. Uma representante de Entidade Sindical no município;
- XIV. Uma representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- XV. Uma representante da Polícia Civil;

- XVI. Uma representante da Secretaria Municipal de Promoção Social e Desenvolvimento Humano;
- XVII. Uma representante da Secretaria Municipal de Educação;
- XVIII. Uma representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- XIX. Uma representante da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer;
- XX. Uma representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Fica facultada a integração de novas entidades ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher mediante indicação de uma de suas conselheiras e aprovação de 2/3 do total de seus membros.

CAPÍTULO III

DA ELEIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

ARTIGO 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher elegerá uma Comissão Executiva para o exercício das suas competências, composta de 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, para organizar e dirigir suas atividades, a seguir referidos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretária Geral;

Parágrafo Único - A cada Conselheira eleita para a Comissão Executiva corresponderá uma suplente, que substituirá a titular em seus eventuais afastamentos e a ela sucederá para completar o respectivo mandato, no caso de afastamento definitivo.

ARTIGO 8º - A Presidente, Vice-Presidente, Secretária Geral e suas respectivas suplentes serão escolhidas entre seus pares, em eleição direta e voto secreto.

Parágrafo Único: Os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretária Geral e suas respectivas suplentes não poderão ser exercidos por mulheres que tenham cargo político ou que exerçam mandato legislativo.

ARTIGO 9º - A função de conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado a comunidade.

ARTIGO 10 - O mandato das Conselheiras será de 02(dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

ARTIGO 11 - As demais regulamentações relativas ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, deverão constar do seu Regimento Interno a ser elaborado pelo Conselho e aprovado por decreto pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 12 - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 24 de julho de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 24 do mês de julho do ano de 2009, e encadernada sob fls. 055 a 058, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 24 de julho de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento
(04)

(058)

LEI Nº 2.705, de 27 de julho de 2009.

Dispõe sobre a obrigação das agências bancárias, no âmbito do Município de Laranjal Paulista, a isolarem visualmente o atendimento de seus usuários das pessoas que aguardam atendimento e dá outras providências.

Eu, ROQUE LAZARO DE LARA, Presidente da Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo PROMULGO nos termos do § 7º, do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a presente Lei:

Art. 1º - Ficam as agências bancárias e os correspondentes bancários, no âmbito do município de Laranjal Paulista, obrigadas a criarem mecanismos que impossibilitem totalmente a visualização daqueles que realizam operações nos caixas daquelas pessoas que aguardam para serem atendidas.

Parágrafo único - Entende-se por mecanismos, qualquer obstáculo físico ao campo de visão das pessoas adultas.

Art. 2º - Fica determinado como distância mínima de 02 (dois) metros o espaço entre os caixas em operação e o local onde as pessoas aguardam para serem atendidas.

Art. 3º - Ficam os estabelecimentos, mencionados no caput do Art. 1º, obrigados a fixar, em locais visíveis e de fácil leitura nas áreas internas, cartazes orientando a população quanto aos riscos no transporte de numerários e demais informações que sirvam de alerta para evitarem assaltos e roubos.

Art. 4º - As agências bancárias têm o prazo de 60 dias, a contar da data da publicação desta Lei, para adaptarem-se às disposições.

Art. 5º - O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes punições:

I – Advertência;

II – Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III – Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), até a 5ª reincidência;

IV – Suspensão do Alvará de Funcionamento, após a 5ª (quinta) reincidência.

Parágrafo único - O valor da multa de que trata este artigo será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 6º - As denúncias dos munícipes deverão ser encaminhadas ao órgão designado pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, encarregado de zelar pelo cumprimento desta Lei, concedendo-se direito de defesa ao Banco denunciado.

Art. 7º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas orçamentária própria.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Laranjal Paulista, 27 de julho de 2009.

ROQUE LAZARO DE LARA
Presidente da Câmara

LEI Nº 2.707, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

Autoriza a Prefeitura Municipal de LARANJAL PAULISTA a receber, mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros, procedente do Tesouro do Estado;

II - Assinar com o Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Economia e Planejamento, através da Coordenadoria de Articulação e Planejamento Regional o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no Inciso I deste artigo, bem como as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretaria;

III- Abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas com a execução da obra.

Parágrafo Único - A cobertura do crédito autorizado no Inciso III será efetuado mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

ARTIGO 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão a construção de uma quadra poliesportiva no Distrito de Maristela.

ARTIGO 3º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 18 de agosto de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 18 do mês de agosto do ano de 2009, e encadernada sob fls. 062, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 18 de agosto de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(062)

LEI Nº 2.708 DE 18 DE AGOSTO DE 2009
(Autora: Ivete Aparecida Migliani – Vereadora)

Altera dispositivos da Lei nº 2.472, de
14 de junho de 2005.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º – Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 2.472, de 14 de junho de 2005 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica obrigatória a inserção do(s) nome(s) do Vereador(es), autor de lei sancionada pelo Prefeito Municipal ou promulgada pelo Presidente da Câmara, bem como de autoria de resolução ou decreto legislativo promulgados pelo Presidente da Câmara, quando da publicação oficial nos órgãos de imprensa responsáveis pela publicidade do Município.”

Art. 2º - Fica alterado o artigo 3º da Lei nº 2.472, de 14 de junho de 2005 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A inserção do nome será colocado entre parenteses, logo abaixo ao número dado a lei, resolução ou decreto legislativo.”

Art.3º – Os demais dispositivos permanecerão inalterados.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 18 de agosto de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 18 do mês de agosto do ano de 2009, e encadernada sob fls. 063, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 18 de agosto de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(063)

LEI Nº 2.709 DE 18 DE AGOSTO DE 2009
(Autor: Vicente Di Santi Filho – Vereador)

Institui a “Semana Municipal
da Educação Ambiental” no
Município de Laranjal Paulista.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Laranjal Paulista, a “Semana Municipal de Educação Ambiental”, como forma de destacar a importância da Educação Ambiental, para a formação de todos os cidadãos de nossa cidade.

Art. 2º A “Semana Municipal de Educação Ambiental”, será realizada, anualmente, no mês de setembro dia 21, dia em que se comemora a “Dia da Árvore”.

Art. 3º A “Semana Municipal de Educação Ambiental”, será organizada pelos órgãos municipais vinculados à área, principalmente à educação e ao meio ambiente.

Parágrafo único. Durante a referida semana, serão realizadas inúmeras atividades no âmbito educacional, desenvolvidas na rede pública de ensino, estimulando e, procurando envolver toda a comunidade nos mais diferentes locais de nossa cidade.

Art. 4º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, ocorrerão à conta de dotação orçamentárias da Prefeitura Municipal.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 18 de agosto de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 18 do mês de agosto do ano de 2009, e encadernada sob fls. 064, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 18 de agosto de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.710 DE 18 DE AGOSTO DE 2009
(Autor: Vicente Di Santi Filho – Vereador)

Estabelece procedimento de controle ambiental para utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Município de Laranjal Paulista.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º As contratações de obras e serviços de engenharia pelo Município de Laranjal Paulista que utilizem produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa, deverão obedecer aos procedimentos de controle ambiental estabelecidos nesta lei, com vistas à comprovação de sua procedência legal.

Art. 2º Para os fins desta lei, considera-se:

I – produto de madeira de origem nativa: madeira nativa em toras, toretos, postes, escoramentos, palanques roliços, dormentes, mourões, lascas e lenha;

II – subproduto de madeira de origem nativa: madeira nativa serrada sob qualquer forma, laminada, aglomerada, prensada, compensada, em chapas de fibras, desfolhada, faqueada e contraplacada;

III – procedência legal: produtos e subprodutos de madeira de origem nativa, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Art. 3º Em decorrência do disposto nas alíneas “c” e “e” do inciso IX do artigo 6º, bem como do inciso I do § 2º do artigo 7º, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o projeto básico de obras e serviços de engenharia que envolva o uso de produtos e subprodutos de madeira somente poderá ser aprovado pela autoridade competente caso contemple, de forma expressa, a obrigatoriedade do emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal.

Parágrafo único. A exigência prevista no caput deste artigo deverá constar de forma obrigatória como requisito para a elaboração do projeto executivo.

Art. 4º Nos editais de licitação de obras e serviços de engenharia que utilizem produtos e subprodutos de madeira contratados pelo Município de Laranjal Paulista, deverá constar da especificação do objeto o emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou origem nativa que tenha procedência legal.

Art. 5º Em face do que estabelece o artigo 46 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o Município de Laranjal Paulista deverá exigir no momento da assinatura dos contratos de que trata esta lei, a apresentação, pelos

contratantes, de declaração, firmada sob as penas da lei, do compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal, nos termos do modelo constante do Anexo Único integrante desta lei.

Art. 6º Para efeito da fiscalização a ser efetuada pelo Poder Público Municipal quanto à utilização, nas obras e serviços de que trata esta lei, de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal, o contratado deverá manter em seu poder os seguintes documentos:

I – cópia autenticada da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF, para fins da comprovação de regularidade perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no caso de madeira de origem nativa;

II – comprovante de que o fornecedor dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra-se cadastrados no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

III – original ou cópia autenticada das notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, tanto de origem nativa quanto de origem exótica;

IV – comprovante de recebimento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA do original da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF, nos termos do disposto na Portaria Normativa nº 44-N, de 6 de abril de 1993, no caso de madeira de origem nativa.

Art. 7º Os servidores e empregados públicos que não atenderem às determinações desta lei estarão sujeitos à aplicação das sanções administrativas pertinentes.

Art. 8º As normas e procedimentos estabelecidos nesta lei aplicam-se à Administração Pública Municipal Direta e, no que couber, à indireta.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 18 de agosto de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 18 do mês de agosto do ano de 2009, e encadernada sob fls. 065 e 066, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 18 de agosto de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(066)

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.710, de 18 de agosto de 2009, que estabelece procedimento de controle ambiental para utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Município de Laranjal Paulista:

Eu,, RG....., legalmente nomeado representante da empresa, CNPJ....., e vencedor do procedimento licitatório nº, na modalidade de nº.../..., Processo nº....., declaro, sob as penas da lei, que, para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de tenha procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ficando sujeito às sanções administrativas previstas nas artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no inciso V do § 8º da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das implicações de ordem criminal estabelecidas em lei.

Laranjal Paulista,,de..... de

Portador

LEI Nº 2.711 DE 25 DE AGOSTO 2009

Autoriza a Prefeitura Municipal de LARANJAL PAULISTA a receber, mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros, procedente do Tesouro do Estado;

II - Assinar com o Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Economia e Planejamento, através da Coordenadoria de Articulação e Planejamento Regional o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no Inciso I deste artigo, bem como as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretaria;

III- Abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas com a execução da obra.

Parágrafo Único - A cobertura do crédito autorizado no Inciso III será efetuado mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

ARTIGO 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinam-se à ampliação de Praça Esportiva no Centro Esportivo "Paulo Roberto dos Santos", na Vila Zalla, município de Laranjal Paulista/SP.

ARTIGO 3º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 25 de agosto de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 25 do mês de agosto do ano de 2009, e encadernada sob fls. 067, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 25 de agosto de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(067)

LEI Nº 2.712 DE 25 DE AGOSTO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito adicional especial, cujo valor e fonte de recursos especifica.

HEITOR CAMARIM JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo expressamente autorizado, nos termos da legislação em vigor, a abrir, na Contadoria Municipal, um Crédito Adicional Especial, nos termos que dispõe o Artigo 41, item II, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), destinados a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

02.12 SECRETARIA MUNICIPAL ASSIST SOCIAL – FSS	
082440003.2.040000 Despesas a Cargo do F.S.S.	
4.4.90.52.00.0000--EQUIPAM. E MATER. PERMANENTE	
02- TRANSFERENCIAS E CONVENIOS ESTADUAIS-VINCUL.	14.000,00

ARTIGO 2º - O valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo anterior, será coberto com recurso financeiro proveniente do Excesso de arrecadação, conforme especifica a Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, em seu artigo 43 - Parágrafo 1º, Item II; referente a Transferência de Convênios do Fundo Social – FUSSESP.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 25 de agosto de 2009.

HEITOR CAMARIM JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 25 do mês de agosto do ano de 2009, e encadernada sob fls. 068, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 25 de agosto de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(068)

LEI Nº 2.713 DE 25 DE AGOSTO DE 2009

Dispõe sobre o PLANO PLURIANUAL do Município de Laranjal Paulista para o quadriênio de 2010 a 2013.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA para o período de 2010 a 2013, constituído pelos anexos nºs I, II, III, e IV, constantes desta Lei será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento Anual.

Art. 2º A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, com indicação da fonte de recursos, sendo que o montante das despesas não deverá ultrapassar a previsão das receitas.

Art. 3º O PLANO PLURIANUAL poderá ser alterado durante o período de execução, mediante Lei específica de iniciativa do Poder Executivo desde que indiquem os recursos necessários para tal.

Art. 4º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PLANO PLURIANUAL ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 5º O Poder Executivo poderá alterar indicadores, metas físicas e objetivos estabelecidos a fim de compatibilizar a despesas orçadas com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas, e a conjuntura do momento.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 25 de agosto de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 25 do mês de agosto do ano de 2009, e encadernada sob fls. 069, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 25 de agosto de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(069)

LEI Nº 2.714 DE 01 DE SETEMBRO DE 2009
(Autor: Mesa da Câmara)

Dispõe sobre a fixação de tabela de remuneração dos cargos em comissão e dos salários dos empregos públicos da Câmara Municipal de Laranjal Paulista.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. A tabela de remuneração dos cargos em comissão e dos salários dos empregos públicos da Câmara Municipal de Laranjal Paulista passa a ser a seguinte:

TABELA DE REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS

Empregos Públicos

Ref.	Valor da remuneração
1	2.300,00
2	1.750,00
3	1.715,00
4	1.070,00
5	950,00
6	900,00

Empregos em Comissão

REF.	Valor da remuneração
A	2.400,00
B	1.500,00

Art. 2º. Fica incorporada ao salário do ocupante do cargo de Motorista, a gratificação estabelecida pelo Decreto Legislativo nº 01/2008 e concedida pela Portaria nº 03/2008.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.556, de 08 de janeiro de 2007.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 01 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 01 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 070, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 01 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(070)

LEI Nº 2.715, DE 01 DE SETEMBRO DE 2009
(Autor: Vicente Di Santi Filho – Vereador)

Dispõe sobre a criação da Semana Municipal da Consciência Negra no Município de Laranjal Paulista, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º – Fica incluída no calendário do Município de Laranjal Paulista, a Semana Municipal de Consciência Negra, a ser realizada anualmente na semana que recair o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra (Lei Federal nº 10.639, de 09/01/2009), data que lembra o dia que foi assassinado, em 1695, o líder Zumbi, do Quilombo dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.

Art. 2º – A referida semana será dedicada ao desenvolvimento de ações educativas acerca da situação da população negra em nossa sociedade, da História e Cultura Afro-Brasileira.

Art. 3º – O Poder Executivo implementará essas ações, junto aos órgãos públicos e privados, sob a forma de campanhas institucionais, eventos e outras formas que julgar convenientes, objetivando sempre promover a instrumentalização de políticas que visem melhorar a convivência racial, discutindo temas como racismo, preconceito e discriminação racial, estereótipo, intolerância, diversidade religiosa, etc.

Art. 4º – As ações governamentais poderão ser realizadas diretamente pelas secretarias municipais competentes da administração pública ou mediante convênio a ser firmado com organizações não governamentais do movimento negro, do movimento sindical e/ou social.

Art. 5º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 6º – As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 7º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de de Laranjal Paulista, 01 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 01 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 071, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 01 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(071)

LEI Nº 2.716, DE 01 DE SETEMBRO DE 2009

(Autores: Marcelo Alessandro Contó e Vicente Di Santi Filho – Vereadores)

Institui o PROGRAMA MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA dos resíduos reutilizáveis e recicláveis domiciliares mediante a inclusão formal dos catadores e catadoras e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º - Para efeito do disposto nesta Lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I. Resíduos reutilizáveis e recicláveis: são resíduos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituídos principalmente por embalagens e outros materiais reaproveitáveis;

II. Óleos e gorduras vegetais: resíduos provenientes de atividades de frituras e assados de alimentos;

III. Geradores residenciais ou assemelhados: são os responsáveis pelos resíduos de suas atividades e pelo atendimento das diretrizes deste programa de coleta seletiva de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

IV. Postos de Entrega Voluntária: equipamentos públicos, instituições públicas ou privadas (escolas, igrejas, empresas, associações e outras) captadoras de pequenos volumes e resíduos reutilizáveis e recicláveis que serão disponibilizados às Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária;

V. Central de Armazenamento e Comercialização: Galpão disponibilizado pelo Poder Público e utilizado para a descarga, seleção, prensagem, enfardamento de resíduos reutilizáveis e recicláveis, armazenamento e carga dos resíduos reutilizáveis e recicláveis a serem comercializados;

VI. Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária: grupos autogestionários reconhecidos pelos órgãos municipais competentes como formados por munícipes mandatários de ocupação e renda, organizados em Grupos de Coleta Seletiva Solidária com atuação local;

VII. Catadores e Catadoras informais e não organizados: munícipes reconhecidos pelos órgãos municipais competentes como sobreviventes do recolhimento desordenado do resíduo reutilizável e reciclável.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º - Esta lei estabelece as diretrizes municipais para a universalização do acesso ao serviço público de coleta seletiva dos resíduos reutilizáveis e recicláveis definindo que este serviço será estruturado com:

- I. Priorização das ações coletivas geradoras de ocupação e renda;
- II. Compromisso com ações alteradoras do comportamento dos munícipes perante os resíduos que geram;
- III. Incentivo à solidariedade dos munícipes e suas instituições sociais com a ação de associações autogestionárias formadas por munícipes mandatários de ocupação e renda;
- IV. Reconhecimento das associações e cooperativas autogestionárias como agentes ambientais da limpeza urbana, prestadores de serviço de coleta de resíduos à municipalidade;
- V. Desenvolvimento das ações de inclusão e apoio social previstas na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único – Para a universalização do acesso ao serviço os gestores do serviço público de coleta seletiva responsabilizar-se-ão pela eficiência e sustentabilidade econômica das soluções aplicadas.

Art. 3º - Os geradores de resíduos domiciliares ou assemelhados são os responsáveis pelos resíduos de suas atividades e pelo atendimento das diretrizes do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária de resíduos reutilizáveis e recicláveis, quando usuários da coleta pública.

CAPÍTULO II

DO PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA SELETIVA

Art. 4º - O Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária de resíduos reutilizáveis e recicláveis será prestado por cooperativas e associações autogestionárias de catadores.

§ 1º - As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária agregarão ao serviço de coleta seletiva, nas regiões sob sua responsabilidade, programas específicos de informação ambiental voltados aos munícipes atendidos.

§ 2º - As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária, nas suas respectivas regiões, terão a responsabilidade de efetuar a retirada dos resíduos reutilizáveis e recicláveis e dos Pontos de Entrega Voluntária, viabilizados pelo Poder Público Municipal e Parceiros, e destinar às Centrais de Armazenamento e Comercialização.

§ 3º As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária, nas Centrais de Armazenamento e Comercialização viabilizados pela administração municipal e na região de sua responsabilidade, organizarão a coleta nos Geradores domiciliares, bem como operacionalizarão a triagem e o beneficiamento destes e dos resíduos oriundos dos Postos de Entrega Voluntária, bem como o armazenamento e sua comercialização.

§ 4º - O serviço de coleta realizado pelas Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária em domicílios e estabelecimentos já atendidos pela coleta convencional será remunerado pelo Poder Público Municipal, por meio do estabelecimento de contratos em conformidade com a legislação federal específica (Art. 24, inciso XXVII, da Lei Federal 8666/1993, na redação que lhe conferiu o Art. 57 da Lei Federal 11.445/2007).

Art. 5º - É responsabilidade da administração municipal para a instituição do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária dos Resíduos Reutilizáveis e Recicláveis, prover as Cooperativas e Associações de Coleta Seletiva Solidária com:

§ 1º - A cessão do uso da rede de Postos de Entrega Voluntária e Centrais de Armazenamento e Comercialização, em número e localização adequados ao atendimento universalizado do serviço de coleta seletiva, podendo ser estabelecida pela administração municipal em áreas e instalações:

- I. Públicas;
- II. Cedidas por terceiros;
- III. Locadas entre os imóveis disponíveis no município.

§ 2º - A cessão de uso para cada Central de equipamentos abaixo relacionados, que serão utilizados para efetuar as etapas de coleta, seleção, prensagem, enfardamento e demais atividades operacionais:

- I. Caminhão com carroceria tipo gaiola com capacidade para rodar livre com 4 Toneladas;
- II. Prensa com capacidade de compactação de 15 Toneladas;
- III. Balança digital com capacidade para 500 Kg;
- IV. Elevador de fardos para carga de caminhões;
- V. Computador com impressora;
- VI. Mesas para seleção de materiais;
- VII. Bags e Big Bags;
- VIII. EPI's necessários;
- IX. Fogão, geladeira e mesas para refeitório.

§ 3º - Materiais para o desenvolvimento da educação socioambiental contínua, voltados aos municípios.

§ 4º - Estabelecimento de mecanismos para controle e monitoramento das atividades remuneradas de coleta e informação ambiental desenvolvidas pelas Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva.

Art. 6º - É responsabilidade da administração municipal o desenvolvimento de ações inibidoras de práticas não admitidas como:

- I. ação de catadores informais não organizados;
- II. ação de sucateiros, ferro-velhos e aparistas financiadores do trabalho de catadores informais;
- III. armazenamento de resíduos em domicílios, com finalidade comercial ou que propiciem a multiplicação de vetores ou outros animais nocivos à saúde pública.

Parágrafo único – As práticas anunciadas nos incisos I, II e III destes artigos constituem infrações penalizáveis na forma desta lei.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA DOS RESÍDUOS REUTILIZÁVEIS E RECLICLÁVEIS DOMICILIARES

Art. 7º - O planejamento do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária dos resíduos reutilizáveis e recicláveis será desenvolvido visando à universalização de seu alcance, com a consideração, entre outros, dos seguintes aspectos:

I. Necessário atendimento de todos os roteiros porta-a-porta na área atendida pela coleta regular no município e de todos os Postos de Entrega Voluntária.

II. Setorização da coleta seletiva a partir da ação das Cooperativas ou Associações e dos Postos de Entrega Voluntária com uso a eles cedidos;

III. Dimensionamento das metas de coleta e informações ambientais pelo Núcleo de Gestão definido no Artigo 15 desta lei;

IV. Participação de entidades socioambientais e universidades, estabelecidas no município, com atuação junto a Cooperativas ou Associações de catadores de materiais recicláveis e Coleta Seletiva Solidária, no processo de planejamento, organização de grupos locais e implantação do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária;

§ 1º - O planejamento do serviço definirá metas incrementais:

I. para os contratos com as Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária;

II. para a implantação Postos de Entrega Voluntária, de Núcleos Intermediários de Coleta e de Centrais de Armazenamento e Comercialização;

§ 2º - O planejamento do serviço definirá, em função do avanço geográfico da implantação da coleta seletiva solidária, o desenvolvimento das ações inibidoras das práticas descritas nos incisos I e III do artigo 6.º.

Art. 8º - O planejamento e o controle do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária serão de responsabilidade da instância de gestão definida no Artigo 15 desta lei, garantida a plena participação das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária e de outras instituições sociais envolvidas com a temática.

CAPÍTULO IV

DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 9º - Os contratos estabelecidos com as Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária, para a prestação do serviço público, dentro do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária de resíduos reutilizáveis e recicláveis, deverão prever, entre outros, os seguintes aspectos:

I. A remuneração por tonelagem coletada se dará pelo mesmo custo estabelecido para a coleta convencional de resíduos domiciliares;

II. O controle contínuo das quantidades coletadas e da quantidade de rejeitos, em obediência às metas traçadas no planejamento do serviço;

III. A previsão contratual do desenvolvimento, pelos Grupos de Coleta, de trabalhos de informação ambiental, compatibilizados com as metas de coleta definidas no planejamento;

IV. A obrigatoriedade dos cooperados ou associados com a manutenção dos filhos em idade escolar matriculados e freqüentando o ensino regular e com a carteira de vacinação atualizada, de acordo com o calendário básico de vacinas;

V. O impedimento de contratação da coleta por terceiros e da compra de materiais coletados por terceiros;

VI. A contratação com dispensa de licitação, nos termos do Art. 57 da Lei federal 11.445/2007.

Art. 10 - Visando à universalização do serviço prevista na Lei Federal 11.445/2007, fica instituído o FMUCS – Fundo Municipal para Universalização da Coleta Seletiva, constituído com os recursos provenientes de:

I. 100 % do custo mensal das toneladas de resíduos reutilizáveis e recicláveis domiciliares, não recolhidos pela coleta convencional e que foram coletados pelas cooperativas;

II. 100 % do custo mensal das toneladas de resíduos reutilizáveis e recicláveis domiciliares, provenientes da coleta convencional, que deixaram de ser aterrados;

III. 3 % do valor pago às empresas contratadas para a coleta e destinação do lixo urbano no aterro sanitário.

Parágrafo único: Os valores para constituição do fundo municipal anunciado neste artigo estarão referenciados no custo ou nos preços estabelecidos nos contratos em vigor, seus ajustes e aditamentos, referentes à coleta e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares em aterros sanitários.

Art. 11 - Será responsabilidade das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária propiciar:

I. A inclusão dos catadores informais não organizados nos Grupos de Coleta e nos trabalhos desenvolvidos nos Núcleos Intermediários de Coleta Seletiva e nas Centrais de Armazenamento e Comercialização;

II. A educação continuada dos seus integrantes e sua capacitação nos aspectos sociais e econômicos.

Parágrafo único – Esta responsabilidade será monitorada pelo Núcleo de Gestão anunciado no Artigo 15 desta lei.

Art. 12 - As ações das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária serão apoiadas pelo conjunto dos órgãos da administração pública municipal.

CAPÍTULO V

DOS ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 13 - O Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária de resíduos reutilizáveis e recicláveis será implantado e operado em conformidade com as normas e regulamentos técnicos.

§ 1º - O setor de Vigilância Sanitária do município capacitará os operadores das Centrais de Armazenamento e Comercialização, para conjuntamente promoverem o manejo integrado de pragas.

§ 2º - Os contratos estabelecidos com as Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária estabelecerão a obrigatoriedade de existência de assessoria técnica de entidades socioambientais ou universidades.

Art. 14 - As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária, sob pena de rescisão do contrato, estarão obrigadas a orientar seus cooperados ou associados quanto à proibição de:

I. Uso de procedimentos destrutivos dos dispositivos condicionadores dos resíduos domiciliares ou assemelhados;

II. Sujar as vias públicas durante a carga ou transporte dos resíduos.

Parágrafo único – As práticas anunciadas nos incisos I e II deste Artigo constituem infrações penalizáveis na forma desta lei.

CAPÍTULO VI

DA PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS E AGENTES MUNICIPAIS NO CONTROLE

Art. 15 - O Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária de resíduos reutilizáveis e recicláveis será gerido pelo Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos definido nessa lei.

§ 1º - O Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos será responsável pela coordenação das ações, integrando-as com outras iniciativas municipais, notadamente as relativas à coleta diferenciada dos resíduos da construção civil e resíduos volumosos.

§ 2º - O Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos será regulamentado e implantado por decreto do executivo municipal e deverá incorporar os órgãos municipais responsáveis pelas ações de planejamento, meio ambiente, limpeza urbana, assistência social, políticas para a saúde pública e educação, sob a coordenação do órgão municipal de Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

§ 3º - Estará garantida a plena participação das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária e de outras instituições sociais envolvidas com a temática, nas reuniões do Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos.

§ 4º - O Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos deverá promover seminários semestrais, com divulgação ampla para toda a comunidade e obrigatória para todas as instituições de ensino estabelecidas no município, visando à apresentação dos resultados e metas estabelecidas, e à expansão de parcerias.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 - Os estabelecimentos dedicados ao manejo de sucatas, ferro velhos e aparas diversas, terão a concessão de seu alvará de funcionamento condicionada à obtenção de licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Municipal e à apresentação de termo de compromisso do cumprimento das diretrizes definidas em legislação trabalhista.

§ 1º - A comprovação de descumprimento da licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Municipal ou do termo de compromisso quanto à legislação trabalhista

constituirá motivação suficiente para a cassação do alvará de funcionamento.

§ 2º - Os estabelecimentos com alvará de funcionamento prévio à promulgação desta lei deverão obedecer ao disposto no caput deste Artigo e em seu parágrafo primeiro e serão comunicados pela administração municipal para adequação de sua operação, no momento de expansão do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária de resíduos reutilizáveis e recicláveis para as regiões onde estejam implantados.

§ 3º - Os estabelecimentos citados no parágrafo anterior terão prazo máximo de adequação de 60 (sessenta) dias após comunicado da administração municipal.

§ 4º - Os operadores dos empreendimentos citados no caput deste Artigo e em seus parágrafos deverão promover manejo integrado de pragas por meio de empresas credenciadas junto à vigilância sanitária.

Art. 17 - Os órgãos públicos da administração municipal deverão implantar, em cada uma de suas instalações, procedimentos de coleta seletiva dos resíduos de características domiciliares gerados em suas atividades.

§ 1º - Os órgãos públicos deverão indicar, do seu quadro efetivo, em cada uma de suas instalações, os funcionários responsáveis pela eficiência do procedimento de coleta seletiva.

§ 2º - Os resíduos segregados serão destinados exclusivamente às Cooperativas ou Associações de Coleta Solidária prestadoras do serviço público de sua região dentro do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária de resíduos reutilizáveis e recicláveis.

§ 3º - Os órgãos públicos da administração municipal serão comunicados pelo Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos para imediata adequação de seus procedimentos, no momento de expansão do serviço público de coleta seletiva para as regiões onde estejam implantados.

§ 4º - O Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos promoverá reuniões centralizadas de orientação à implantação dos procedimentos nos órgãos públicos e destes receberá, na implantação, e semestralmente após o fato, relatórios sintéticos descritivos dos resultados e dos responsáveis em cada uma de suas unidades.

Art. 18 - A adoção dos princípios fundamentais anunciados no Art. 2º e Art. 3º desta lei, não elimina a possibilidade do desenvolvimento de ações específicas de instituições privadas, com objetivos diferenciados dos estabelecidos para o Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária de resíduos reutilizáveis e recicláveis.

CAPÍTULO VIII

FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 19 - Cabe aos órgãos de fiscalização do município, no âmbito da sua competência, o cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei e aplicação de sanções por eventual inobservância.

Art. 20 - No cumprimento da fiscalização, os órgãos competentes do município devem:

- I. Orientar e inspecionar os geradores, transportadores e receptores de resíduos reutilizáveis e recicláveis quanto às normas desta Lei;

II. Vistoriar os veículos cadastrados para o transporte e os equipamentos condicionadores de resíduos;

III. Expedir notificações, autos de infração, de retenção e de apreensão;

IV. Enviar aos órgãos competentes, os autos que não tenham sido pagos, para fins de inscrição na Dívida Ativa.

Art. 21 - Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão, praticada a título de dolo ou culpa, que viole as disposições estabelecidas nesta Lei e nas normas dela decorrentes.

Art. 22 - Por transgressão do disposto nesta Lei e das normas dela decorrentes, consideram-se infratores:

I. O proprietário, o locatário ou aquele que estiver, a qualquer título, na posse do imóvel;

II. O condutor e o proprietário do veículo transportador;

III. O dirigente legal da empresa transportadora;

IV. O proprietário, o operador ou responsável técnico da instalação receptora de resíduos.

Art. 23 - Considera-se reincidência o cometimento de nova infração dentre as tipificadas nesta Lei, ou de normas dela decorrentes, dentro do prazo de doze meses após a data de aplicação de penalidade por infração anterior.

Art. 24 - No caso de os efeitos da infração serem sanados pelo Poder Público, o infrator deverá ressarcir os custos incorridos, em dinheiro, ou, a critério da autoridade administrativa, em bens e serviços.

SEÇÃO I

PENALIDADES

Art. 25 - O infrator está sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

I. Multa;

II. Suspensão do exercício de atividade por até noventa dias;

III. Interdição do exercício de atividade;

IV. Perda de bens.

Art. 26 - A pena de multa consiste no pagamento de valor pecuniário definido mediante os critérios constantes do Anexo desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas no artigo 25.

§ 1º - Será aplicada uma multa para cada infração, inclusive quando duas ou mais infrações tenham sido cometidas simultânea ou sucessivamente.

§ 2º - No caso de reincidência, o valor da multa será do dobro do previsto no Anexo desta Lei.

§ 3º - A quitação da multa, pelo infrator, não o exime do cumprimento de outras obrigações legais nem o isenta da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente ou a terceiros.

§ 4º - A base de cálculo para aplicação da multa terá como referência o Salário Mínimo da União, definida no Auto de Infração e Multa pelo agente fiscalizador em razão da capacidade econômica do infrator, avaliada em razão de seus sinais exteriores de riqueza especialmente a posse ou a propriedade de bens.

Art. 27 - A suspensão do exercício da atividade por até noventa dias será aplicada nas hipóteses de:

- I. Oferecer qualquer oposição ou obstáculo à ação fiscalizadora;
- II. Não pagamento da pena de multa em até 120 (cento e vinte) dias após a sua aplicação;
- III. Resistência à apreensão de equipamentos e outros bens.

§ 1º - A suspensão do exercício de atividade consiste do afastamento temporário do desempenho de atividades determinadas.

§ 2º - A pena de suspensão do exercício de atividade poderá abranger todas as atividades que constituam o objeto empresarial do infrator.

§ 3º - A suspensão do exercício de atividade será aplicada por um mínimo de dez dias, com exceção de quando aplicada com fundamento no inciso III do caput, cujo prazo mínimo será de trinta dias.

Art. 28 - Se, antes do decurso de um ano da aplicação da penalidade prevista no artigo 27, houver cometimento de infração ao disposto nesta Lei, será aplicada a pena de cassação do alvará de funcionamento; caso não haja alvará de funcionamento, será aplicada a pena de interdição do exercício de atividade.

§ 1º - A pena de interdição de atividade perdurará por no mínimo dez anos e incluirá a proibição de qualquer das pessoas físicas sócias da empresa infratora desempenhar atividade igual ou semelhante, diretamente ou por meio de outra empresa.

Art. 29 - A pena de perda de bens consiste na perda da posse e propriedade de bens antes apreendidos e poderá ser aplicada cumulativamente nas hipóteses de:

- I. Cassação de alvará de funcionamento;
- II. Interdição de atividades;
- III. Desobediência à pena de interdição de atividade.

SEÇÃO II

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 30 - A cada infração, ou conjunto de infrações cometidas simultânea ou sucessivamente, será emitido Auto de Infração, do qual constará:

- I. A descrição sucinta da infração cometida;

II. O dispositivo legal ou regulamentar violado;

III. A indicação de quem é o infrator e as penas a que estará sujeito;

IV. As medidas preventivas eventualmente adotadas.

Art. 31 - O infrator será notificado mediante a entrega de cópia do Auto de Infração e Multa para, querendo, exercer o seu direito de defesa em 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º - Considerar-se-á notificado o infrator mediante a assinatura ou rubrica de seu representante legal, ou de qualquer preposto seu presente no local da infração.

§ 2º - No caso de recusa em lançar a assinatura ou rubrica, poderá o agente fiscalizador declarar tal recusa e identificar o notificando por meio da menção a seu documento de identidade; caso inviável a menção ao documento de identidade, deverá descrever o notificando e indicar duas testemunhas idôneas, que comprovem que o notificando teve acesso ao teor do Auto de Infração.

§ 3º - No caso de erro ou equívoco na notificação, este será sanado por meio de publicação de extrato do Auto de Infração corrigido na imprensa oficial.

§ 4º - A notificação com equívoco ou erro será convalidada e considerada perfeita com a tempestiva apresentação de defesa pelo notificando.

Art. 32 - Decorrido o prazo de defesa, o Auto de Infração será enviado à autoridade superior, que poderá confirmá-lo e aplicar as penalidades nele previstas, ou para rejeitá-lo.

§ 1º - Caso tenham sido juntados documentos ou informações novas ao Auto de infração, o infrator será novamente notificado para apresentar defesa.

§ 2º - A autoridade superior, caso julgue necessário, poderá realizar instrução, inclusive com realização de perícia oitiva de testemunhas.

§ 3º - A autoridade administrativa poderá rejeitar parcialmente o Auto de Infração, inclusive reconhecendo infração diversa ou aplicando penalidade mais branda.

§ 4º - A autoridade administrativa poderá deixar de aplicar penalidade no caso de o infrator não ser reincidente e, ainda, em sua defesa demonstrar que tomou efetivamente todas as medidas a seu alcance para a correção da infração e o cumprimento do disposto nesta Lei.

§ 5º - Com a decisão prevista no caput cessarão os efeitos de todas as medidas preventivas.

Art. 33 - Da decisão administrativa prevista no artigo 32 não caberá recurso administrativo, podendo, no entanto, ser anulada no caso de ofensa ao direito de defesa ou outro vício jurídico grave.

SEÇÃO III

MEDIDAS PREVENTIVAS

Art. 34 - Sempre que em face da presença da fiscalização a atividade infracional não cessar, ou houver fundado receio de que ela venha a ser retomada, serão adotadas as seguintes medidas preventivas:

I. Suspensão do exercício de atividade;

I. Apreensão de bens.

§ 1º - As medidas preventivas poderão ser adotadas separadamente ou em conjunto.

§ 2º - As medidas preventivas previstas neste Artigo poderão ser adotadas também no caso de o infrator não cooperar com a ação fiscalizadora, especialmente impedindo o acesso a locais e documentos, inclusive os de identificação de pessoas físicas ou jurídicas.

§ 3º - Os equipamentos apreendidos devem ser recolhidos ao local definido pelo órgão municipal competente; os documentos, especialmente contábeis, ficarão na guarda da Administração ou em instituição bancária.

§ 4º - Tendo sido sanada a irregularidade objeto de notificação, o infrator poderá requerer a liberação dos equipamentos ou documentos apreendidos desde que apurados e recolhidos os valores referentes aos custos de apreensão, remoção e guarda.

CAPÍTULO XIX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 01 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 01 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 072 a 082, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 01 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(11)

(082)

ANEXO

Tabela anexa à Lei _____, de ____ de _____ de 2009

Art. Ref.	Natureza da infração	Gradação das multas
I Art. 3º	Descumprimento das diretrizes para a coleta pública de resíduos	R\$ 50,00
II Art. 6º, I	Coleta não autorizada de resíduos sob responsabilidade pública	R\$ 100,00
III Art. 6º, II	Coleta não autorizada de resíduos sob responsabilidade pública	R\$ 100,00
IV Art. 6º, III	Armazenamento não autorizado de resíduos sob responsabilidade pública	R\$ 200,00
VI Art. 14, I	Destruição de dispositivo acondicionador de resíduos domiciliares	R\$ 200,00
VII Art. 14, II	Sujar via pública na carga ou transporte de resíduos	R\$ 50,00
VIII Art. 16, § 4º	Desconformidade no manejo integrado de pragas	R\$ 200,00

Nota: Esta tabela não exige a aplicação de outras multas e/ou penalidades decorrentes de infrações a outros dispositivos legais

LEI Nº 2.718, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar na Contadoria Municipal, e da outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR - Prefeito Municipal de Laranjal Paulista - estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo expressamente autorizado, nos termos da legislação em vigor, a abrir, na Contadoria Municipal, um crédito adicional – suplementar, nos termos do que dispõe o artigo 41, item I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de até R\$ 1.200.000,00 (*Um milhão e Duzentos mil reais*) a ser suplementada se necessário for, obedecendo as seguintes classificações orçamentárias:

02 - EXECUTIVO	
02.05 SECRETARIA DE SAUDE	
103010018.2.019000 Manut Assist Medica e Ambulatorial	
3.3.90.30.00.0000-821-MATERIAL DE CONSUMO	350.000,00
3.3.90.39.00.0000-911OUTROS SERV.DE TERC-PESS. JUR	850.000,00
TOTAL	1.200.000,00

Artigo 2º - O valor do crédito adicional – suplementar, de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos financeiros provenientes de:

I - Anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias do corrente exercício, nos termos do que dispõe o artigo 43, § 1º, item III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964:

02 - EXECUTIVO	
02.07 SECRET PLANEJ. HAB. E DESENVOLVIMENTO	
154510042.1.013000- Obras de Infra-Estrutura Urbana	
4.4.90.51.00.0000-1628-OBRAS E INSTALACOES	1.200.000,00
TOTAL	1.200.000,00

Artigo 3º - As alterações necessárias para abertura deste Crédito Adicional, serão consideradas nos anexos do PPA e da LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 085, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(085)

LEI Nº 2.719, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional-especial na Contadoria Municipal, e da outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR - Prefeito Municipal de Laranjal Paulista - estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa de 2009, **crédito adicional especial**, nos termos do que dispõe o artigo 41, item II, da Lei Federal nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 79.585,76 (setenta e nove mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos) na classificação contábil a saber:

02 – Executivo
02.05 – Secretaria de Saúde
10 – Saúde (função)
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial (subfunção)
0018 – Assistência Médica e Ambulatorial (programa de governo)
2 – Atividade (tipo de ação)
019 – Manutenção da Assistência Médica e Ambulatorial (descrição da ação)
3.3.50.41 – Contribuições..... R\$ 79.585,76
Fonte de Recurso - Tesouro

Parágrafo Único – As alterações necessárias para abertura deste Crédito Adicional Especial, serão consideradas nos anexos do P.P.A. vigente e da L.D.O. para o exercício de 2009.

Artigo 2º - O valor do **crédito adicional – especial**, de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos financeiros provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias, nos termos do que dispõe o artigo 43, § 1º, item III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, a saber:

02 – Executivo
02.04 – Secretaria de Cultura
1339200174.1.022000 – Construção do Centro Cultural
4.4.90.51.693 – Obras e Instalações.....- R\$ 79.585,76

Artigo 3º - Este Crédito destina-se a custear despesa referente a convênios firmados com Hospitais Filantrópicos da região, através do Colegiado de Gestão Regional de Botucatu, para manutenção do programa “Pró Santa Casa”.

Artigo 4º - Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 086 e 087, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(087)

LEI Nº 2.720, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar na Contadoria Municipal, e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR - Prefeito Municipal de Laranjal Paulista - Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo expressamente autorizado, nos termos da legislação em vigor, a abrir, na Contadoria Municipal, um crédito adicional – suplementar, nos termos do que dispõe o artigo 41, item I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de até R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) a ser suplementada se necessário for, obedecendo as seguintes classificações orçamentárias:

02 – EXECUTIVO	
02.13 SEC MUNIC DE EDUCACAO MERENDA ESCOLAR	
082430014.2.041000 Fornecimento de Merenda ao Educando	
3.3.90.30.00.0000- 2338-MATERIAL DE CONSUMO	217.456,00
3.3.90.30.00.0000- 2370- MAT. DE CONS. CONV . FEDERAL	82.544,00
TOTAL	300.000,00

Artigo 2º - O valor do crédito adicional – suplementar, de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos financeiros provenientes de anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias do corrente exercício, nos termos do que dispõe o artigo 43, § 1º, item III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964:

02 – EXECUTIVO	
02.04 SECRET MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO	
133920017.1.022000 Construção do Centro Cultural	
4.4.90.51.00.0000-693- OBRAS E INSTALACOES	300.000,00
TOTAL	300.000,00

Artigo 3º - As alterações necessárias para abertura deste Crédito Adicional, serão consideradas nos anexos do PPA e da LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 088, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(088)

LEI Nº 2.721, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009

Dá nova redação aos artigos 1º e 7º da Lei nº. 2.695, de 12 de maio de 2009, que dispõe sobre prorrogação de prazo para construção e manutenção de muros e calçadas, anistia de multas aplicadas e dá outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, usando minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu, SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º. Os artigos 1º e 7º, da Lei nº. 2.695, de 12 de maio de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica prorrogado até 31/12/2009 o prazo a aqueles que foram notificados a partir de 15/08/2009, para construção de calçadas, reforma e manutenção de muros e calçadas para que realizem as obras necessárias”.

“Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2009”

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei permanecerão inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 089, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(089)

LEI Nº 2.722, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009

Dispõe sobre o Programa Municipal de Esterilização Gratuita de Animais Urbanos na forma que especifica e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei.

Art. 1º - Fica criado o Programa de Esterilização Gratuita de Animais Urbanos do Município de Laranjal Paulista, de interesse social apto a combater a procriação descontrolada de cães e gatos, com ou sem proprietário de forma a prevenir a proliferação de doenças e outros agentes nocivos à saúde da coletividade.

Art. 2º - Os procedimentos cirúrgicos serão efetuados através de contratação de prestação de serviços composta por Médico Veterinário Cirurgião e Assistente, e com ônus para a Municipalidade.

Art. 3º - Os proprietários que encaminharem animais para a esterilização deverão, obrigatoriamente, atender às futuras exigências estabelecimentos em Decreto do Poder Executivo e no Programa de Esterilização Gratuita de Animais Urbanos, desenvolvido pelo Departamento de Saúde em conjunto com o Departamento de Assistência Social.

Art. 4º - A presente Lei será regulamentada através de Decreto do Poder Executivo Municipal

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 090, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(090)

LEI Nº 2.723, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009

Autoriza a celebração de convênio com o FUNDO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO e dá outras providências.

O senhor HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei.

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo – FUSSESP, tendo por objeto o recebimento de recursos financeiros para desenvolvimento de projeto de geração de renda e outros projetos sociais.

ARTIGO 2º - O instrumento que formaliza o convênio conterà as obrigações, limites e demais características de cooperação a ser firmado entre os partícipes.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 091, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(091)

LEI Nº 2.724, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente LEI:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício de 2010, as Diretrizes Gerais de que trata este Capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 2º A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer à disposição constante do Anexo I – Estrutura Orçamentária, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 3º As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 4º A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterá “reserva de contingência”, identificado pelo código 99999999 em montante equivalente a 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento de despesa, considera despesa irrelevante, aquela cujo valor não ultrapasse a 0,1% (zero um por cento), da receita corrente líquida prevista (orçada), nos termos do art. 16 § 3º da L.R.F.

§ 2º. A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada observará as normas estabelecidas pela Portaria 339, de 29/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º. O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo e seus fundos.

§ 4º. O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social do município.

Art. 5º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

Art. 6º A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I - Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III - Modernização na ação governamental;
- IV - Princípio de equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;
- V - A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por elemento, nos termos do art. 15º da Lei Federal 4.320/64.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Art. 7º. As movimentações do quadro de Pessoal e alterações salariais, de que trata o artigo 169, § 1º da C.F., somente ocorrerão se atendidos os requisitos e limites da L.R.F., tanto pelos órgãos e entidades da Administração Direta.

Art. 8º. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 9º. As receitas e as despesas estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, as alterações da legislação tributária e a expansão ou diminuição do serviço público.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

V – o crescimento das atividades econômicas representado pelo PIB, projetado para o ano de 2010.

§ 2º. As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCA.

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 5º. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Art. 10. O Poder Executivo é autorizado a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento das despesas autorizadas, nos termos da legislação vigente;

IV - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal.

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Parágrafo único. Não onerarão o limite previsto no inciso III, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débito constantes de precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

Art. 11. Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o final do exercício de 2009 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I - Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II - Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações;

III - Emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento da Metas Fiscais, em audiência pública junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal;

IV - Os Planos, LDO, Orçamentos, prestação de Contas, parecer do T.C.E. serão amplamente divulgados e ficará à disposição da comunidade;

V - O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes, na conformidade com a L.O.M.

Art. 12. Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será fixada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º. A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo e Executivo no total das dotações constantes da Lei Orçamentária de 2010 e de seus créditos adicionais.

§ 2º. A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3º. A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Executivo e Legislativo, dando-se respectivamente, por decreto e por ato da mesa.

§ 4º. Exclui-se da limitação de que trata este artigo, às despesas que se constituem obrigação constitucional e legal de execução.

CAPITULO III DO ORÇAMENTO GERAL

Art. 13. O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as entidades da Administração direta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 14. As despesas com pessoal e encargos dos poderes Executivo e Legislativo não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, às disposições emitidas no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de

54% (cinquenta e quatro por cento) ao Executivo e 6% (seis por cento) ao Legislativo da Receita Corrente Líquida.

Art. 15. Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes dos Anexos V e VI que fazem parte integrante desta lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no Artigo 4º da LRF, integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais.

Art. 16. Fica autorizado, nos termos que dispõe as legislações em vigor, a efetuar repasses, através de convênios com as entidades relacionadas, condicionada aos limites das possibilidades financeiras do município.

Associação Criança Esperança Laranjalense-ACEL - CNPJ 02.536.077/0001-06	40.000,00
União Beneficente Irmãs de São Vicente de Paulo - CNPJ 61.000.683/0001-71	40.000,00
Associação de Mães Maria Sampaio - CNPJ45.508.934/0001-77	25.200,00
Asilo São Cristóvão - CNPJ51.335.578/0001-30	113.400,00
Sociedade Unidos da Melhor Idade de Laranjal Paulista - CNPJ 02.333.616/0001-00	11.550,00
Associação Amizade da Terceira Idade de Laranjal Paulista - CNPJ 02.170.340/0001-96	11.550,00
Associação Laranjalense dos Portad. de Def. - ALARDE - CNPJ 04.834.332/0001-22	7.350,00
Associação Mão Amiga - AMA - 07.395.751/0001-01	42.000,00
Creche e Berçário João XXIII - CNPJ45.508.520/0001-48	39.900,00
Associação Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal Paulista - APAE - CNPJ67.363.358/0001-50	56.595,00
TOTAL	387.545,00

Parágrafo único. Os critérios para os repasses, bem como as Prestações de Contas, deverão obedecer às normas estabelecidas na Lei Federal 4.320/64, e Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 17. O município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Art. 18. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de lei orçamentária;
- III - Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios.

Parágrafo único. A Câmara não entrará em recesso enquanto não devolver o Projeto de Lei para sanção do Poder Executivo.

Art. 19. Integrarão à lei orçamentária anual:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- II - Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III - Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 20. O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentário a Câmara Municipal, que o apreciará até final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 21. É vedada a inclusão na lei orçamentária, recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autorizadas em Lei e Convenio.

Art. 22. Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais, apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 15 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 092 a 097, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 15 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(06)

(097)

ANEXO I – ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras

Órgão	Unidade Orçamentária:	
01		Legislativo
	01.00	Câmara Municipal
02		Executivo
	01.00	Secretaria de Governo
	02.00	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
	03.00	Secretaria Municipal de Educação - MDE
	04.00	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
	05.00	Secretaria Municipal de Saúde
	06.00	Secretaria Municipal de Promoção Social e Desenvolvimento Habitacional
	07.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento
	08.00	Secretaria Municipal de Serviços Públicos Municipais
	09.00	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
	10.00	Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB
	11.00	Secretaria Municipal de Assistência Social - FMDCA
	12.00	Secretaria Municipal de Assistência Social - FSS
	13.00	Secretaria Municipal de Educação-Merenda Escolar
	14.00	Secretaria Municipal de Educação-Ensino Médio, Profissionalizante e Superior
	15.00	Secretaria Municipal de Administração e Finanças-Encargos Gerais do Município
	16.00	Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer

LEI Nº 2.725, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009

Autoriza a Prefeitura Municipal de LARANJAL PAULISTA a receber, mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros, procedente do Tesouro do Estado;

II - Assinar com o Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Economia e Planejamento, através da Coordenadoria de Articulação e Planejamento Regional o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no Inciso I deste artigo, bem como as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretaria;

III- Abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas com a execução da obra.

Parágrafo Único - A cobertura do crédito autorizado no Inciso III será efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

ARTIGO 2º - Os recursos financeiros mencionado no artigo anterior destinam-se-ão a reforma e ampliação do Estádio Municipal "Accácio Luvisotto", no município de Laranjal Paulista/SP.

ARTIGO 3º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 29 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 098, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 29 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(098)

LEI Nº 2.726, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com Hospitais Filantrópicos, em ação conjunta com outros municípios e com o Governo do Estado de São Paulo, através do Programa Estadual “Pró-Santa Casa”, para os fins que menciona e dá outras providências.

CONSIDERANDO os termos do artigo 25 da Lei Orgânica da Saúde que preconizam que as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm preferência para participar, complementarmente do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que, diante da necessidade de auxiliar financeiramente as instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, capacitando-as para prestar atendimento de qualidade e resolubilidade para a região em que se situam;

CONSIDERANDO que, frente o dever do Estado em promover e implementar iniciativas conjuntas por meio de apoio financeiro, visando o desenvolvimento das instituições filantrópicas e as sem fins lucrativos;

CONSIDERANDO que, diante da imprescindibilidade do apoio dos gestores de saúde de forma a assegurar o atendimento regional;

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com Hospitais Filantrópicos da região, através do Colegiado de Gestão Regional de Botucatu, formado a partir de termo de parceria subscrito com a Secretaria Estadual de Saúde, no Programa “Pró-Santa Casa” visando auxiliar financeiramente Instituições Filantrópicas sem fins lucrativos que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 1º - Fazem parte do Colegiado Regional de Gestão Pólo Cuesta, os Municípios de Laranjal Paulista, Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Itatinga, Pereiras, Porangaba, Pratânia, São Manuel e Torre de Pedra.

§ 2º - Os valores dos incentivos a ser concedidos através da implantação do Programa “Pró-Santa Casa” serão compartilhados entre o Gestor Estadual e os Gestores Municipais, no percentual de 70% e 30%, respectivamente, conforme Deliberação nº 30/2009 da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Art. 2º - O convênio a ser firmado, tem como finalidade garantir o atendimento da população do município dentro do projeto “Pró-Santa Casa”, conforme Plano Operativo elaborado pelo Colegiado que estabelece metas quantitativas e qualitativas.

Art. 3º - A autorização outorgada nesta Lei compreende a subscrição de termos de eventual aditivo e a assunção de suas responsabilidades, desde que compatíveis com a finalidade precípua de auxiliar Hospitais Filantrópicos da região, que promovam o atendimento ao projeto “Pró-Santa Casa”.

Art. 4º - As instituições a serem beneficiadas com o auxílio tratado na presente Lei serão escolhidas pelo Colegiado de Gestores Regional de Botucatu.

Art. 5º - O repasse poderá ser suspenso, se, após avaliação do Colegiado, caracterizar descumprimento das metas estabelecidas no Plano Operativo.

Art. 6º - Os encargos que a prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de setembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 29 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 099 e 100, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 29 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(100)

LEI Nº 2.727, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar na Contadoria Municipal, e da outras providências.

HEITOR CAMARIN JUNIOR - Prefeito Municipal de Laranjal Paulista - estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo expressamente autorizado, nos termos da legislação em vigor, a abrir, na Contadoria Municipal, um crédito adicional – suplementar, nos termos do que dispõe o artigo 41, item I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de até R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) a ser suplementada se necessário for, obedecendo as seguintes classificações orçamentárias:

02 – EXECUTIVO	
02.16 SECRET. MUNICIPAL ADMINITRAÇÃO E FINANÇAS-ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
288460000.0.0001000-PRECATÓRIOS JUDICIAIS	
4.4.90.91.00.0000-2650- SENTENÇAS JUDICIAIS	200.000,00
TOTAL	200.000,00

Artigo 2º - O valor do crédito adicional – suplementar, de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos financeiros provenientes de anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias do corrente exercício, nos termos do que dispõe o artigo 43, § 1º, item III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964:

02 – EXECUTIVO	
02.07 SECRET MUNICIPAL DE PLANEJAM. HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
154510042.1.013.000- OBRAS DE INFRA-ESTRUT. URBANA	
4.4.90.51.00.0000-1628- OBRAS E INSTALACOES	200.000,00
TOTAL	200.000,00

Artigo 3º - As alterações necessárias para abertura deste Crédito Adicional, serão consideradas nos anexos do PPA e da LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 29 de setembro 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 29 do mês de setembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 101, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 29 de setembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(101)

LEI Nº 2.729, DE 05 DE OUTUBRO DE 2009

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no orçamento-programa do exercício de 2009, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica incluso nos anexos II e III relativo aos programas governamentais do PPA - Plano Plurianual para os exercícios 2006/2009, Lei Municipal nº. 2.483, de 13 de Setembro de 2005, e nos anexos V e VI da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2009, Lei Municipal nº. 2.661, de 14 de Outubro de 2008, a ação governamental conforme art. 2º.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2009, crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 471.276,42 (quatrocentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos), a saber:

ÓRGÃO: 02 – EXECUTIVO
U.O.: 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28 – ENCARGOS ESPECIAIS (FUNÇÃO)
845 – TRANSFERÊNCIAS (SUB FUNÇÃO)
0000 – OPERAÇÕES ESPECIAL (PROGRAMA DE GOVERNO)
0.049 – OPERAÇÃO ESPECIAL (TIPO DE AÇÃO) – DEVOLUÇÃO DE RECURSO DO FUNASA (AÇÃO DE GOVERNO)
4.4.20.93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R\$ 471.276,42
100.12 - CODIGO DE APLICAÇÃO (RECURSOS ESPECÍFICOS PARA APLICAÇÃO EM CONVÊNIOS, ENTIDADES OU FUNDOS NÃO VINCULADOS A OUTRAS CATEGORIAS PRÉ-DETERMINADAS).

Art. 3º. - A cobertura do crédito adicional ESPECIAL, aberto no artigo anterior no valor de R\$ 471.276,42 (quatrocentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos), será coberto por superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no art. 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - A fonte de recurso proveniente para cobertura do crédito, será TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS VINCULADOS do exercício anterior, código 95, da tabela AUDESP.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 05 de outubro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 05 do mês de outubro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 104, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 05 de outubro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(104)

LEI Nº 2.730, DE 14 DE OUTUBRO DE 2009

Autoriza a Prefeitura Municipal de LARANJAL PAULISTA a receber, mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros, procedente do Tesouro do Estado;

II - Assinar com o Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo dentro do Programa FAZENDO À DIFERENÇA, o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no Inciso I deste artigo, bem como as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretaria;

III-Abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas com a execução da obra.

Parágrafo Único – A cobertura do crédito autorizado no Inciso III será efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

ARTIGO 2º - Os recursos financeiros mencionado no artigo anterior destinar-se-ão a implantação de núcleo do projeto esportivo intitulado Esporte Social no Município de Laranjal Paulista/SP.

ARTIGO 3º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Laranjal Paulista, 14 de outubro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 14 do mês de outubro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 105, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 14 de outubro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(001)

(105)

LEI Nº 2.731, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação com encargo, uma torre de transmissão para a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.

Eu, HEITOR CAMARIN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, SP, usando das atribuições do meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação com encargo, uma torre de transmissão, de uso exclusivo da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista e CILNET COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA., a ser instalada no Bairro Morro Alto, em imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, SP, objeto da matrícula 4790 do Cartório de Registro de Imóveis de Laranjal Paulista, SP.

Art. 2º - A doação tem por objetivo a instalação de transmissores para possibilitar a retransmissão dos sinais de televisão e sinal de Internet, via rádio.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a ceder, sem ônus, mediante concessão de uso da torre de transmissão e recepção para a empresa CILNET – COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA., ante a doação constante do art. 1º.

Art. 4º - A concessão de uso é pelo período de 99 (noventa e nove) anos e formalizada por contrato, estabelecendo-se os direitos e obrigações de cada parte.

Art. 5º - A manutenção e conservação da torre será obrigação da empresa CILNET COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Laranjal Paulista, 23 de outubro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 23 do mês de outubro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 106, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 23 de outubro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO

Pelo presente TERMO de CONTRATO DE CESSÃO, celebrado entre a Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, com sede na Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, HEITOR CAMARIN JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. nº 11.447.782-6-SSP/SP e do CPF/MF nº 062.763.818-02, residente e domiciliado no Largo São João, nº 166, nesta cidade, ora denominado MUNICÍPIO e de outro lado a Empresa CILNET – Comunicação e Informática Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 04.127.856/0001-83 e Inscrição Estadual nº 265.086.221.117, estabelecida na Rua Tietê, nº 400, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Cerquilha/SP, neste ato representado por Israel de Arruda Neto, brasileiro, casado, portador do RG. nº 29.223.128-3-SSP/SP e do CPF/MF nº 202.524.758-36, residente na Rua Urbano R. Araújo, nº 134, 15º andar, apto.153, doravante denominado CESSIONÁRIO, têm entre si, como justo e acertados, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

Da Finalidade

O MUNICÍPIO resolve, com base no art. 67, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista e Lei Municipal nº 2.731 de 23 de outubro de 2009, permitir o uso de torre de transmissão de sinais de televisão e de concessão com a Internet, instalada em imóvel de sua propriedade, na zona rural, Bairro Morro Alto, objeto da matrícula nº 4.790, pelo prazo de 99 (noventa e nove) anos.

CLAUSULA SEGUNDA

Das Obrigações do Município

1. Executar os serviços de terraplanagem necessários a instalação da torre;
2. Disponibilizar para a CILNET, a torre de transmissão;
3. Colocar no local transmissores para captação de sinais de televisão;
4. Efetuar a manutenção, dos transmissores;
5. Cercar ou murar o local.

CLAUSULA TERCEIRA

Das Obrigações da Cessionária

- 1- Instalar no local, de forma gratuita, uma torre de transmissão – com altura de 42 metros, com as especificações técnicas necessárias, inclusive projeto aprovado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista;
- 2- Garantir três pontos de conexão de acesso à internet, com velocidade, 300 “K” cada ponto, e toda a infra-estrutura necessária para a conexão (antena, receptor, etc.), para a utilização, de forma gratuita pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, SP, na Secretaria da Educação e na Secretaria da Saúde;
- 3- Efetuar a conservação e manutenção da torre;
- 4- Efetuar a limpeza e conservação no espaço da edificação da torre.

CLAUSULA QUARTA

Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Laranjal Paulista para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta concessão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA QUINTA

Da Utilização

O uso da torre de transmissão é exclusivo da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista e da Fasternet.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e para a mesma finalidade, uma para cada parte.

Laranjal Paulista, 23 de outubro de 2009.

HEITOR CAMARIN JÚNIOR

Prefeito Municipal

CILNET COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.

Israel Arruda Neto

LEI Nº 2.732, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para fins que especifica.

HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento para o exercício de 2009, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02	PODER EXECUTIVO	
07	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
154510042	OBRAS E MELHORIAS URBANAS	
1.037	DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE INTERESSE PÚBLICO	
4.5.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
01	TESOURO	R\$ 90.000,00
	TOTAL	R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo anterior decorrerão do que alude o art. 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, com anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02	PODER EXECUTIVO	
16	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ENCARGOS GERAIS	
999999999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
0.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
01	TESOURO	R\$ 90.000,00
	TOTAL	R\$ 90.000,00

Art. 3º - Ficam atualizados os anexos II e III no Plano Plurianual de 2006/2009 e os anexos V e VI na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, referente aos Programas de que trata a presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, 23 de outubro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 23 do mês de outubro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 107, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 23 de outubro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(001)

(107)

LEI Nº 2.733, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LARANJAL PAULISTA - SP.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LARANJAL PAULISTA, objetivando a complementação da prestação ininterrupta dos serviços da rede básica de saúde municipal.

Art. 2º- O convênio tem por objetivo o repasse de recursos municipais a SANTA CASA DE LARANJAL PAULISTA, no importe de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) ao mês.

Art. 3º- O repasse destina-se a execução dos serviços médico-hospitalares na rede municipal de saúde, na forma a ser concretizada e disciplinada pelo Poder Executivo.

Art. 4º- O prazo do convênio é por doze (12) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º- A fiscalização do bom atendimento e correta aplicação dos recursos e dos serviços fica a cargo do Executivo e do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º- Os serviços e obrigações de cada parte, constarão do convênio a ser celebrado pelo Poder Executivo.

Art. 7º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, 24 de novembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 24 do mês de novembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 108, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 24 de novembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.734, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a inclusão de dados relativos aos contratos de prestação de serviços na página eletrônica da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º - O Poder Executivo disponibilizará na rede mundial de computadores, pela página eletrônica da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, todos os dados e informações relativos aos contratos administrativos ajustados no mês anterior.

Art. 2º - Entre os dados veiculados na página eletrônica, deverão obrigatoriamente estar o objeto do contrato, o nome da empresa, o número do processo original e do número do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando se tratar de compra de materiais, as informações deverão conter o mesmo teor das publicadas no Diário Oficial.

Art. 3º - As páginas deverão ser atualizadas a cada 30 (trinta) dias.

Art. 4º - O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, 24 de novembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 24 do mês de novembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 109, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 24 de novembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

LEI Nº 2.735, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a Estimativa da Receita e Fixação das Despesas do Município de Laranjal Paulista para o exercício de 2010.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica estima a receita e fixa a despesa do município de Laranjal Paulista para o exercício financeiro de 2010, nos termos do Art.5º, parágrafo 5º Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo:

I - O orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta;

II - O orçamento de Seguridade Social, abrangendo todos os órgão e unidades orçamentárias classificadas com as funções de governo Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e de seguridade social, já com suas deduções legais, é da ordem de R\$ 41.550.000,00 (quarenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e mil reais), com os seguintes desdobramentos:

- Orçamento Fiscal fixado em R\$ 30.718.000,00 (trinta milhões, setecentos e dezoito mil reais).

- Orçamento da Seguridade Social fixado em R\$ 10.832.000,00 (dez milhões e oitocentos e trinta e dois mil reais).

Art. 3º. A receita se constituiem pela arrecadação de Receitas Tributárias, Patrimoniais, Serviços e Outras Receitas Correntes e, através das Transferências Correntes, oriundas da nossa participação na arrecadação dos impostos federais e estaduais e de outras transferências da União e do Estado, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes na Portaria Conjunta do STN nº 01, de 30 de junho de 2009, de acordo com os desdobramentos constantes do Anexo 2 , da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964- Resumo Geral da Receita, com os seguintes valores:

Receitas Correntes	
1100 – Receita Tributária.....	6.626.000,00
1300 – Receita Patrimonial.....	248.200,00
1600 – Receita de Serviços.....	10.000,00
1700 – Transferências Correntes.....	38.857.000,00
1900 – Outras Receitas Correntes.....	1.054.800,00
TOTAL DA RECEITA BRUTA.....	46.796.000,00
(-) Deduções para Formação do FUNDEB.....	(5.246.000,00)
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA.....	<u>41.550.000,00</u>

Art. 4º. A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e sub-funções, categorias econômicas e grupos de natureza de despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

<i>POR ÓRGÃOS</i>	
a) Orçamento Fiscal	
01 – Poder Legislativo.....	1.104.000,00
02 – Poder Executivo.....	<u>29.614.000,00</u>
Total do Orçamento Fiscal.....	<u>30.718.000,00</u>
b) Orçamento de Seguridade Social	
02 – Poder Executivo.....	<u>10.832.000,00</u>
Total do Orçamento de Seguridade Social.....	<u>10.832.000,00</u>
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO.....	41.550.000,00
<i>POR FUNÇÕES</i>	
a) Orçamento Fiscal	
01 – Legislativa.....	1.104.000,00
04 – Administração.....	4.787.000,00
06 – Segurança Pública.....	1.378.000,00
12 – Educação.....	13.999.000,00
13 – Cultura.....	904.000,00
15 – Urbanismo.....	4.843.000,00
20 – Agricultura	493.000,00
23 – Comercio e Serviços.....	100.000,00
26 – Transporte.....	647.000,00
27 – Desporto e Lazer.....	421.000,00
28 – Encargos Especiais.....	1.622.000,00
99 – Reserva de Contingência.....	<u>420.000,00</u>
Total do Orçamento Fiscal.....	<u>30.718.000,00</u>
b) Orçamento de Seguridade Social	
08 – Assistência Social.....	2.364.000,00
10 – Saúde.....	<u>8.468.000,00</u>
Total do Orçamento de Seguridade Social.....	<u>10.832.000,00</u>
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO..	<u>41.550.000,00</u>
<i>POR SUBFUNÇÕES</i>	
a) Orçamento Fiscal	
031 – Ação Legislativa.....	1.104.000,00
122 – Administração Geral.....	1.203.000,00
123 – Administração Financeira.....	3.584.000,00
181 – Policiamento.....	1.378.000,00
361 – Ensino Fundamental.....	9.649.000,00
362 – Ensino Médio.....	183.000,00
363 – Ensino Profissional.....	205.000,00
364 – Ensino Superior.....	700.000,00
365 – Educação Infantil.....	3.212.000,00
366 – Educação de Jovens e Adultos.....	50.000,00
392 – Difusão Cultural.....	904.000,00
452 – Serviços Urbanos.....	4.843.000,00

601 – Promoção da Produção Vegetal.....	493.000,00
695 – Turismo.....	100.000,00
782 – Transporte Rodoviário.....	647.000,00
812 – Desporto Comunitário.....	421.000,00
843 – Serviços da Dívida Interna	470.000,00
846 – Outros Encargos Especiais.....	1.152.000,00
999 – Reserva de Contingência.....	<u>420.000,00</u>
Total do Orçamento Fiscal.....	30.718.000,00

b) Orçamento de Seguridade Social	
241 – Assistência ao Idoso.....	198.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência.....	99.000,00
243 – Assistência a Criança e ao Adolescente.....	973.000,00
244 – Assistência Comunitária.....	1.094.000,00
301 – Atenção Básica.....	7.965.000,00
304 – Vigilância Sanitária.....	448.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica.....	<u>55.000,00</u>
Total do Orçamento de Seguridade Social.....	10.832.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO.....	<u>41.550.000,00</u>

PELA NATUREZA DA DESPESA

I – GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

3 – Despesas Correntes

31 – Pessoal e Encargos Sociais.....	20.856.000,00
32 – Juros e Encargos da Dívida.....	10.000,00
33 – Outras Despesas Correntes.....	16.565.000,00

4 – Despesas de Capital

44 – Investimentos.....	3.239.000,00
46 – Amortização da Dívida.....	460.000,00

9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99 – Reserva de Contingência	<u>420.000,00</u>
------------------------------	-------------------

Total do Orçamento Fiscal.....	41.550.000,00
---------------------------------------	----------------------

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento das despesas autorizadas, nos termos da legislação vigente;

III – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos vinculados à conta reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III da LRF e art. 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.010.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 1º do mês de dezembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 110 a 113, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(04)

(113)

LEI Nº 2.736, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009

Dispõe sobre delimitação da Zona Urbana da sede do Município de Laranjal Paulista.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei.

ARTIGO 1º - A delimitação da zona urbana da sede do Município de Laranjal Paulista, compreenderá as áreas contidas dentro do polígono abaixo descrito:

“Começa no marco 1, distante 500,00m da Rodovia Marechal Rondon, próximo ao trevo de acesso da Estrada Vicinal João Hermano Pessin. Deste marco segue em linha reta por 2.800,32m com rumo de 39°12’11”NE, até atingir o marco 2; deflete à direita e segue pela margem esquerda do Rio Sorocaba, por uma distância de 8.633,43m até atingir o marco 3, cravado na margem esquerda do Rio Sorocaba; deflete à esquerda e segue em linha reta por 802,66m com o rumo de 87°45’26” SE, até atingir o marco 4; deflete à direita e segue em linha reta por 1.465,00m com rumo de 2° 14” 34’ SW, até atingir o marco 5; deflete à direita e segue em linha reta por 909,27m com rumo de 47° 39” 37” SW, até atingir o marco 6; deflete à esquerda e segue pela margem esquerda do rio Sorocaba por 1.051,27m, até atingir o marco 7; deflete à direita e segue em linha reta por 3.207,06m com rumo de 87°56’42”NW até atingir o marco 8; deflete à direita e segue em linha reta por 3.690,27m com rumo de 00°41’55”NW, até atingir o marco 9; deflete a esquerda e segue em linha reta por 2.591,26m com rumo de 86°01’00” NW até o marco 10; deflete a esquerda e segue 1.110,36m com rumo de 46° 05’ 41” SW até o marco 11; deflete a direita segue em linha reta por 1680,45m com rumo de 65° 34’ 13”NW, até o marco 12; deflete a direita e segue em linha reta por 1.238,65m com rumo de 32° 28’ 16”NE até o marco 13; deflete a direita e segue em linha reta por 1.730,21m com rumo de 89° 06’ 31” NE até atingir o marco 14; faz uma pequena deflexão a direita e segue em linha reta 2.912,37m com rumo de 85° 55’ 27” SE até atingir o marco inicial 1, fechando-se o perímetro com uma área de 27.715.457,74m².”

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.252 de 29 de novembro de 2000.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 1º do mês de dezembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 114 e 115, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(02)

(115)

LEI Nº 2.737, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar na Contadoria Municipal, e dá outras providências.

HEITOR CAMARIM JUNIOR - Prefeito Municipal de Laranjal Paulista - Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo expressamente autorizado, nos termos da legislação em vigor, a abrir, na Contadoria Municipal, um crédito adicional – suplementar, nos termos do que dispõe o artigo 41, item I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de até R\$ 1.265.000,00 (*Hum milhão e Duzentos e Sessenta e Cinco mil reais*) a ser suplementada se necessário for, obedecendo as seguintes classificações orçamentárias:

02 – EXECUTIVO	
02.01 SECRETARIA DE GOVERNO	
041220002.2.002000 Manut. da Secretaria Munic. do Gabinete	
3.1.90.11.00.0000-41-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	5.000,00
0412200022.044000 Manutenção da Guarda Municipal	
3.1.90.11.00.0000-3126-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	100.000,00
3.1.90.13.00.0000-3194-OBRIGACOES PATRONAIS	35.000,00
02.02 SECRETARIA MUNICIPAL ADMIN. E FINANCAS	
041230004.2.005000 Manutenção dos Serviços Administrativos	
3.1.90.94.00.0000-160-INDENIZACOES TRABALHISTAS	20.000,00
02.03 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO – MDE	
123610011.2.009000 Operação e Manut. do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.0000-246-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	165.000,00
3.1.90.13.00.0000-251-OBRIGACOES PATRONAIS	55.000,00
02.04 SECRETARIA MUNIC. DA CULTURA E TURISMO	
133920017.2.016000 Operação e Manutenção da Cultura	
3.1.90.11.00.0000-697-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	33.000,00
3.1.90.13.00.0000-702-OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00
02.05 SECRETARIA DE SAUDE	
103010018.2.019000 Manut Assist Medica e Ambulatorial	
3.1.90.11.00.0000-804-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	70.000,00
3.1.90.13.00.0000-809-OBRIGACOES PATRONAIS	35.000,00
3.1.90.16.00.0000-814-OUTRAS DESP. VAR-PESS. CIVIL	35.000,00
02.07 SECRET MUNIC DE OB E PLANJ TRANSIT E HAB	
041220024.2.024000 Operação e Manut de Obras e Planejam	
3.1.90.11.00.0000-1416-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	15.000,00
3.1.90.13.00.0000-1421-OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00
3.1.90.94.00.0000-1428-INDENIZACOES TRABALHISTAS	5.000,00
02.08 SECRET MUNIC DE SERV. PUB URB E RURAIS	

154520041.2.026000 Conservação de Ruas e Avenidas	
3.1.90.11.00.0000-1365-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	10.000,00
3.1.90.94.00.0000-1647-INDENIZACOES TRABALHISTAS	10.000,00
02.09 SECRET MUNIC AGRICULT. ABAST, MEIO AMB	
206010035.2.034000 Manut Prog de Inc a Prod Agric e Contr Amb	
3.1.90.11.00.0000-1852-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	35.000,00
02.10 SECRETARIA MUNIC DE EDUCACAO- FUNDEB	
123610044.2.051000 Manut. do Ensino Fundamental – FUNDEB	
3.1.90.11.00.0000-2023-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	280.000,00
3.1.90.13.00.0000-2028-OBRIGACOES PATRONAIS	100.000,00
123650044.2.053000 Manutenção do Ensino Infantil – FUNDEB	
3.1.90.11.00.0000-2092-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	140.000,00
3.1.90.13.00.0000-2097-OBRIGACOES PATRONAIS	50.000,00
02.16 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
288460000.0.004000 Inativos e Pensionistas	
3.1.90.01.00.0000-2655-APOSENTADORIAS E REFORMA	29.000,00
02.17 SECRETARIA MUNIC. DE JUVENTUDE, ESPORTE	
278120015.2.017000 Operaç e Manut. da Educ. Fisica e Desp.	
3.1.90.11.00.0000-2709-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	18.000,00
3.1.90.13.00.0000-2714-OBRIGACOES PATRONAIS	5.000,00
TOTAL	1.265.000,00

Artigo 2º - O valor do crédito adicional – suplementar, de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos financeiros provenientes de:

I - Anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias do corrente exercício, nos termos do que dispõe o artigo 43, § 1º, item III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964:

02 – EXECUTIVO	
02.03 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO – MDE	
123610011.2.009000 Operação e Manut. do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.0000-327-OUTROS SERV.DE TERC-PESS. JURID.	50.000,00
123650009.2.012000 Operação e Manut. da Creche	
3.1.90.11.00.0000-473-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	100.000,00
3.1.90.13.00.0000-478-OBRIGACOES PATRONAIS	40.000,00
123650010.2.015000 Operação e Manut. da Pré Escola	
3.1.90.11.00.0000-584-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	25.000,00
02.04 SECRETARIA MUNIC. DA CULTURA E TURISMO	
236950045.2.055000 Manutenção de Programas Turísticos	
3.1.90.11.00.0000-3222-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	25.000,00
3.1.90.13.00.0000-3223-OBRIGACOES PATRONAIS	7.500,00
3.3.90.30.00.0000-3226-MATERIAL DE CONSUMO	14.000,00
3.3.90.36.00.0000-3227-OUTROS SERV. DE TERC-PESSOA FIS	18.000,00
4.4.90.52.00.0000-3229-EQUIPAM. E MATER. PERMANENTE	2.000,00
02.05 SECRETARIA DE SAUDE	
103040019.2.020000 Manutenção da Vigilância Sanitária	

3.1.90.11.00.0000-1021-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	80.000,00
3.1.90.13.00.0000-1026-OBRIGACOES PATRONAIS	30.000,00
02.06 SECRET MUNIC DE ASSIST SOCIAL – FMAS	
082440023.2.023000 Manutenção da Assist. Social Geral – FMAS	
3.1.90.11.00.0000-1224-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	160.000,00
3.1.90.13.00.0000-1229-OBRIGACOES PATRONAIS	10.000,00
3.3.90.30.00.0000-1174-MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
4.4.90.52.00.0000-1409-EQUIPAM. E MATER. PERMANENTE	9.500,00
02.07 SECRET MUNIC DE OB E PLANJ TRANSIT E HAB	
041220024.2.024000 Operação e Manut de Obras e Planejam	
3.3.90.39.00.0000-1685-OUTR SERV.DE TERC-PESS. JURID.	400.000,00
02.10 SECRETARIA MUNIC DE EDUCACAO- FUNDEB	
123610044.2.051000 Manut. do Ensino Fundamental – FUNDEB	
3.1.90.16.00.0000-2033-OUTRAS DESP. VAR-PESS. CIVIL	60.000,00
02.14 SECRET. MUNIC. DE EDUCACAO- ENSINO MEDIO	
123620013.2.043000 Manutenção do Ensino Médio	
3.1.90.11.00.0000-2388-VENC. E VANT. FIXAS - PES. CIVIL	180.000,00
3.1.90.13.00.0000-2393-OBRIGACOES PATRONAIS	50.000,00
TOTAL	1.265.000,00

Artigo 3º - As alterações necessárias para abertura deste Crédito Adicional, serão consideradas nos anexos do PPA e da LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 1º do mês de dezembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 115 e 118, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(03)

(118)

LEI Nº 2.738, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar na Contadoria Municipal, e da outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo expressamente autorizado, nos termos da legislação em vigor, a abrir, na Contadoria Municipal, um crédito adicional – suplementar, nos termos do que dispõe o artigo 41, item I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) a ser suplementada se necessário for, obedecendo as seguintes classificações orçamentárias:

02 – EXECUTIVO	
02.06 SECRET MUNIC DE ASSIST SOCIAL – FMAS	
082440023.2.023000 Manut. da Assist. Social Geral – FMAS	
3.3.50.41.00.0000-1181-CONTRIBUICOES	100.000,00
3.3.50.41.00.0000- 1183- CONTRIBUIÇÕES	25.000,00
TOTAL	125.000,00

Artigo 2º - O valor do crédito adicional – suplementar, de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos financeiros provenientes de:

I - Anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias do corrente exercício, nos termos do que dispõe o artigo 43, § 1º, item III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964:

EXECUTIVO	
02.06 SECRET MUNIC DE ASSIST SOCIAL – FMAS	
082440023.2.023000 Manutenção da Assist. Social Geral – FMAS	
3.1.90.13.00.0000-1229-OBRIGACOES PATRONAIS	80.000,00
02.07 SECRET MUN DE CULTURA	
4.4.90.51.00.0000- OBRAS E INSTALAÇÕES	45.000,00
TOTAL	125.0000,00

Artigo 3º - As alterações necessárias para abertura deste Crédito Adicional, serão consideradas nos anexos do PPA e da LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 1º do mês de dezembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 119 e 120, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento
(02)

(120)

LEI Nº 2.740, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a criação e ampliação do número de Emprego Público de Provimento Permanente e o inclui no Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições de meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei,

ARTIGO 1º - Fica, criado e incluído no Plano de Cargos, Carreiras e Salários, contidos na Lei Complementar nº 085 de 12 de dezembro de 2007, com as alterações previstas na Lei Complementar nº 099 de 02 de abril de 2009, o seguinte Emprego Público de Provimento Permanente:

- 01 (um) Contador;
- Jornada de Trabalho: 35 horas semanais.

ARTIGO 2º - As atribuições e a escolaridade são as definidas na Lei Complementar nº 085 de 12 de dezembro de 2007.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 1º do mês de dezembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 122, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(122)

LEI Nº 2.741, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009
(Autor: José Francisco de Moura Campos – Vereador)

Dispõe sobre a regulamentação do serviço de “motoboy” no Município de Laranjal Paulista, de acordo com o disposto na Lei 12.009, de 29 de julho de 2009.

Eu, HEITOR CAMARIN JUNIOR, Prefeito do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Laranjal Paulista, APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei.

Art. 1º - Esta lei regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com uso de motocicleta, de acordo com o disposto na lei federal 12.009, de 29 de julho de 2009.

Art. 2º - Para o exercício da atividade prevista no artigo 1º, é necessário:

- I – ter completado 21 (vinte e um) anos;
- II – possuir habilitação, por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria;
- III – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran;
- IV – estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retrorreflexivos, nos termos do Contran;

PARÁGRAFO ÚNICO – Do profissional de serviço comunitário de rua serão exigidos ainda os seguintes documentos:

- I – carteira de identidade;
- II – título de eleitor;
- III – cadastro de pessoa física – CPF;
- IV – atestado de residência;
- V – certidões negativas das varas criminais;
- VI – identificação da motocicleta utilizada em serviço.

Art. 3º - São atividades específicas dos profissionais de que trata o artigo 1º o transporte de mercadorias de volume compatível com a capacidade do veículo.

Art. 4º - Os cadastros contendo todos os dados do “motoboy” serão de acesso à Prefeitura Municipal, Guarda Civil Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil e empresa de “motoboys” que possuam alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO – O número de motocicletas habilitadas para o transporte de bens, deverá respeitar o máximo de até 04 (quatro) por 1000 (mil) habitantes, considerando-se os dados oficiais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 5º - Somente será outorgada a Autorização às empresas legalmente constituídas, que disponham de Sede na cidade de Laranjal Paulista, ou ainda, ao “motoboy” profissional autônomo, proprietário de veículo motocicleta nas condições desta lei, devidamente inscrito no Cadastro Fiscal do Município..

PARÁGRAFO ÚNICO - Somente poderá ser outorgada 01 (uma) Autorização a cada pessoa física.

Art. 6º - As empresas farão uma parceria com a Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil, que ajudarão na fiscalização dos serviços.

Art. 7º - Todas as empresas em funcionamento deverão legalizar sua situação perante a Prefeitura Municipal e a fiscalização do ISS no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Lei.

Art. 8º - O “motoboy” poderá trabalhar como autônomo ou deverá se cadastrar a uma empresa em funcionamento, e os infratores e/ou ilegais serão autuados pela legislação em vigor.

Art. 9º - O “motoboy” terá que cumprir e respeitar as normas e leis vigentes, sofrendo as penalidades, nelas estipuladas e, no caso de reincidência o profissional será excluído do quadro, ficando impedido de exercer a função.

Art. 10 – Esta Lei terá abrangência no Município de Laranjal Paulista, tanto na zona urbana quanto na zona rural e, dentro do perímetro urbano, mesmo que cortado por rodovia estadual prevalece a Lei Municipal.

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução dessa lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.742, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de Parte de Bem Imóvel Rural, à empresa CILNET – Comunicação e Informática - EPP, e dá outras providências.

Eu, HEITOR CAMARIN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, SP, usando das atribuições do meu cargo, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de Parte de Bem Imóvel Rural, objeto da matrícula 4790, do Cartório de Registro de Imóveis de Laranjal Paulista/SP, localizado no Bairro Morro Alto, com a empresa CILNET – Comunicação e Informática – EPP, pelo prazo de 99 (nove e nove) anos.

ARTIGO 2º - A parte do imóvel será destinada a instalação de 01 (uma) torre de 42,00 metros de altura, a qual irá suportar equipamentos para a transmissão de SCM (Internet e Multimídia), de diversas marcas e modelos, autorizadas e homologadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

ARTIGO 3º - A instalação dos equipamentos correrá por conta exclusiva da CILNET.

ARTIGO 4º - A torre de transmissão será utilizada, com exclusividade, pela CILNET e pela Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP.

ARTIGO 5º - As obrigações de cada parte serão definidas por contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - VETADO

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.731 de 23 de outubro de 2009.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada, por inteiro teor, no Paço Municipal, onde se encontra afixada no local de costume, em data de 1º do mês de dezembro do ano de 2009, e encadernada sob fls. 123, no Volume de Leis nº 28. Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

Benedito Orlando Ghiraldi
Diretor de Departamento

(01)

(123)

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO

Pelo presente TERMO de CONTRATO DE CESSÃO, celebrado entre a Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, com sede na Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, HEITOR CAMARIN JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. nº 11.447.782-6-SSP/SP e do CPF/MF nº 062.763.818-02, residente e domiciliado no Largo São João, nº 166, nesta cidade, ora denominado MUNICÍPIO e de outro lado a Empresa CILNET – Comunicação e Informática Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 04.127.856/0001-83 e Inscrição Estadual nº 265.086.221.117, estabelecida na Rua Tietê, nº 400, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Cerquilha/SP, neste ato representado por Israel de Arruda Neto, brasileiro, casado, portador do RG. nº 29.223.128-3- SSP/SP e do CPF/MF nº 202.524.758-36, residente na Rua Urbano R. Araújo, nº 134, 15º andar, apto.153, doravante denominado CESSIONÁRIO, têm entre si, como justo e acertados, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

Da Finalidade

O MUNICÍPIO resolve, com base no art. 67, da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista e Lei Municipal nº 1.742 de 1º de dezembro de 2009, permitir o direito real de uso de parte de bem imóvel, objeto da matrícula 4790 do CRI de Laranjal Paulista, no Bairro Morro Alto, pelo prazo de 99 anos. (croqui anexo).

CLAUSULA SEGUNDA

Das Obrigações do Município

1. Executar os serviços de terraplanagem necessários a instalação da torre;
2. Colocar no local transmissores para captação de sinais de televisão;
3. Efetuar a manutenção, dos transmissores;
4. Cercar ou murar o local.

CLAUSULA TERCEIRA

Das Obrigações da Cessionária

- 1- Instalar no local, de forma gratuita, uma torre de transmissão – com altura de 42 metros, com as especificações técnicas necessárias, inclusive projeto aprovado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista:

2- Garantir três pontos de conexão de acesso à internet, com velocidade, 300 “K” cada ponto, e toda a infra-estrutura necessária para a conexão (antena, receptor, etc.), para a utilização, de forma gratuita pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, SP, na Secretaria da Educação e na Secretaria da Saúde e **na Câmara Municipal de Laranjal Paulista.**

3- Efetuar a conservação e manutenção da torre;

4- Efetuar a limpeza e conservação no espaço da edificação da torre.

5- A torre de transmissão deverá permanecer no local pelo prazo de duração previsto na cláusula primeira, sob pena de revogação da presente cessão.

CLAUSULA QUARTA

Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Laranjal Paulista para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta concessão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA QUINTA

Da Utilização

O uso da torre de transmissão é exclusivo da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista e da Fasternet.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e para a mesma finalidade, uma para cada parte.

Laranjal Paulista, 1º de dezembro de 2009.

HEITOR CAMARIN JÚNIOR

Prefeito Municipal

CILNET COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.

Israel Arruda Neto